

eu encontrava com ele no banco e sacava os cheques para ele. Fazia os saques porque era inocente", disse Carioca. "Pelo fato de ele ser advogado eu o respeitava, prevaleciam os R\$ 50."

Carioca disse ter conhecido Pinto de Macedo em uma boate, na qual "fazia bicos" de segurança, em Manaus, e que combinava as datas dos saques no próprio local.

Ele disse "não se lembrar" para onde o advogado levava as quantias, que algumas vezes somavam mais de R\$ 150 mil embalados em sacolas. "O que me interessa guardo na memória, mas o que não interessa esqueci."

Para o sub-relator de contratos da CPI, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), as operações podem revelar uma fatia dos R\$ 30 milhões sacados das contas da Skymaster de origem suspeita. "Ele omitiu visivelmente para onde foi o dinheiro, o que reforça a tese que pode ser dinheiro de corrupção."

A CPI investiga se o dinheiro sacado por Carioca era oriundo de propina paga pela Skymaster aos Correios. Também suspeita que a Cortez poderia servir para "lavar" o dinheiro ou remetê-lo ao exterior. Os principais indícios são coincidências encontradas na quebra dos sigilos bancários das empresas com as datas dos saques nas contas da Skymaster e negociações com a estatal.

Por exemplo: dois dos 27 saques feitos por Carioca, nos valores de R\$ R\$ 36 mil e R\$ 165 mil, foram efetuados logo após uma dispensa de licitação dos Correios que favoreceu a Skymaster. A negociação ocorreu no dia 26 de junho, e os saques nos dias 27 e 28 daquele mês.

A Skymaster diz desconhecer qualquer funcionário ou advogado chamado Marcus Valerius Pinto de Macedo. Sobre a existência dos saques, disse que é preciso uma verificação minuciosa.

Após o depoimento, a CPI aprovou a convocação de Pinto de Macedo e uma acaração entre ele e Carioca.

0070 DE DESCONTO*

FEVEREIRO*

2 PORTAS

0+21 NO CARNE

R\$ 99,90

(CADA)

TOTAL A PRAZO R\$ 2.097,90

1º PAGAMENTO SÓ EM FEVEREIRO

REFRIGERADOR 2 PORTAS**

DE: R\$ 1.299,00

POR: R\$ 1.199,00

À VISTA (CADA)

0+24 NO CARNE

R\$ 99,90

TOTAL A PRAZO R\$ 2.397,60

1º PAGAMENTO SÓ EM FEVEREIRO

12x Sem Juros no cartão***

ACEITAMOS CARTÕES DE CRÉDITO/DÉBITO:

OPERTAS VÁLIDAS SOMENTE QUINTA-FEIRA, DIA 29/12/2005, OU ENQUANTO DURAREM OS ESTOQUES. APÓS ESTA DATA, OS PREÇOS VOLTAM AO NORMAL. NÃO A PRAZO EM ATÉ 24X NO CARNE — JUROS DE 5,76% AO MÊS E 95,82% AO ANO, 21 PARCELAS. JUROS DE 5,29%, 5,55% E 5,62% AO MÊS E 85,62%, 91,2% E 92,73% AO MÊS E 34,01% AO ANO, 24 PARCELAS, RESPECTIVAMENTE — 1º PAGAMENTO EM 1/2/2006 E OS DE MAIS DE 30 EM 30 DIAS. IOF INCLUSO. NENHUMA DESPESA ESTAREMOS ABERTOS AOS DOMINGOS NAS CIDADES AUTORIZADAS. CONSULTE OUTRAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO NA LOJA MAIS PRÓXIMA. *CONDICIONADO **CONSULTE A LOJA SOBRE O MODELO 321 LITROS DISPONÍVEL. ***EXCETO PARA PRODUTOS HP E TELEFONIA CELULAR. CONSULTE PRODUTOS DISPONÍVEIS NA LOJA.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 01

Doc: 3524

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/EX-TESOUREIRO

Órgão do Ministério da Fazenda entregou a CPI documento sobre movimentações bancárias de Paulo Okamoto, que pagou dívida do presidente

Relatório vê operação atípica de amigo de Lula

Segurança admite saques em contas da Skymaster

SILVIO NAVARRO
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Francisco Marques Carioca, 42, segurança da empresa Cortez Câmbio e Turismo, admitiu ontem em depoimento à CPI dos Correios ter efetuado 27 saques nas contas da empresa de aviação Skymaster, prestadora de serviço de correio aéreo noturno dos Correios, que totalizam R\$ 1,036 milhão, no período de fevereiro de 2000 a julho de 2001.

Segundo Carioca, os saques foram feitos em agências em Manaus, sempre a mando de um suposto advogado informal da Skymaster chamado Marcus Valerius Pinto de Macedo, que hoje ele diz "não saber se está mais gordo ou mais magro".

Carioca afirmou que recebia R\$ 50 entregues após cada visita ao banco pelo advogado e disse que não se preocupou em fazer os saques porque "não imaginava de onde vinha o dinheiro". Disse também que, inicialmente, sua função seria escoltar o advogado nas operações bancárias, mas que aceitou receber os pagamentos em seu nome para ganhar R\$ 50.

No depoimento, Carioca chegou a mudar sua versão. Primeiro, disse que só conhecia o nome da empresa Skymaster pela TV. Mas em seguida, após ser confrontado com uma lista dos saques

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) registrou "operações atípicas" no valor de R\$ 93 mil em nome de Paulo Okamoto, amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que se apresentou como responsável pelo pagamento de uma dívida de R\$ 29,4 mil de Lula com o PT.

O relatório não identifica indícios de lavagem de dinheiro e se limita a informar movimentações em uma conta de Okamoto no período de dois anos (de maio de

2002 a maio de 2004). Tarjas pretas cobrem parte do documento, encaminhado à CPI dos Bingos.

Segundo o relatório, Okamoto foi sócio-gerente da Red Star, que vende brindes do PT, até junho de 2003, quando já era diretor financeiro do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Em entrevista à *Folha* em agosto, o presidente do Sebrae disse que parte do dinheiro usado no pagamento da dívida de Lula poderia ter vindo dos negócios da Red Star. Desde então, se recusa a identificar as datas e valores dos

saques que teria feito. Procurado ontem, Okamoto disse não dispor das informações.

A oposição suspeita que o dinheiro tenha vindo do caixa dois do PT operado pelo publicitário Marcos Valério de Souza.

A CPI dos Bingos analisa pedido de quebra do seu sigilo bancário para rastrear dados que confirmem ou não a versão apresentada por Okamoto. Ele disse ter feito saques em contas em Brasília, São Paulo e São Bernardo do Campo e, em seguida, enviado o dinheiro à direção do PT para pagar a dívida, registrada na presta-

ção de contas TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2003.

Segundo Okamoto, o pagamento teria sido em dinheiro a pedido do então tesoureiro petista Delúbio Soares. A dívida foi paga em quatro parcelas —entre dezembro de 2003 e março de 2004. Os depósitos, feitos em quatro agências do Banco do Brasil em São Paulo, estão no nome de Lula.

A dívida passou a ser investigada pela CPI dos Correios por conta de indícios de uso irregular do Fundo Partidário para pagar despesas de Lula.

A oposição investiga se o PT te-

ria usado recursos de caixa dois para quitar a dívida. Em depoimento à CPI dos Correios em julho, Delúbio afirmou ser prática do partido emprestar dinheiro sem juros a dirigentes e ex-dirigentes. Ele não respondeu se a dívida foi paga com dinheiro do caixa dois operado por Valério.

Vinte dias depois de a dívida ter sido objeto de reportagem da *Folha* e permanecer sem explicação do Planalto, Okamoto assumiu a responsabilidade pelo pagamento, na condição de procurador nomeado por Lula para cuidar de rescisão de contrato com o PT.

LIQUIDACÃO

CASAS BAHIA

50 COM ATÉ 8%

gião eleitoral. Serraglio foi ao Palácio do Planalto pedir pessoalmente a assessores e técnicos da Presidência a liberação de emendas que apresentou ao orçamento da União deste ano. "Se o governo disse que as emendas de todos vão ser liberadas então também quero a liberação das minhas", disse.

Cada deputado e senador tem uma cota definida de R\$ 3,5 milhões no orçamento para alocação de verbas em projetos e obras em seus currais eleitorais. Geralmente, o parlamentar inclui nas chama-

Deputado sai pela tangente se falam de represália de petistas

das emendas individuais repasse de recursos para obras de saneamento básico, construção de postos de saúde e quadras esportivas, asfaltamento de rodovias, reformas de hospitais e ajudas a entidades filantrópicas.

A repercussão nacional do trabalho de um parlamentar pode não valer de nada se o deputado ou o senador não forem bem avaliados por seus eleitores. Pensando nisso, todos os anos, os parlamentares travam uma batalha para arrancar do governo o empenho de pagamento das emendas. O governo, por sua vez, costuma usar a liberação de recursos para garantir aprovação de projetos e apoio de bancadas no Congresso.

A uma pergunta se estava sofrendo represálias do governo por sua atuação na CPI dos Correios, que investiga petistas e outros aliados, Osmar Serraglio saiu pela tangente. "Estive em alguns ministérios e eles disseram que as emendas não foram liberadas porque faltavam assinaturas", disse. Ele ressaltou, ainda, que não fez um levantamento do porcentual das emendas que está bloqueado. "Vamos resolver isso", completou. •

...E UMA COISA DA SORTE.
A CADA R\$180,00 EM COMPRAS.

CASA DAS CUECAS
COMECE BEM 2006

Shoppings:
IGUATEMI (11 3615 3615)
MORUMBI (11 5183 4396)
PATIO MIGIENÓPOLIS (11 3823 2743)
IBIRAPUERA (11 5561 9906)
ELDORADO (11 3812 7771)
PLAZA SUL (11 5073 0061)
PAULISTA (11 3266 3226)
CENTER NORTE (11 6222 2438)

Ruas:
JOÃO CACHOEIRA, 574 (11 3168 3318)
AUGUSTA, 1.956 (11 3081 0907)
AUGUSTA, 2.682 (11 3082 8248)
TEODORO SAMPAIO, 2.119 (11 3812 0521)

Loja Virtual:
www.casadascuecas.com.br

PROMOÇÃO VÁLIDA, ENQUANTO DURAREM NOSSOS ESTOQUES.

cuecas camisetas pijamas meias

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 02

Doc: 3524

CPI DOS CORREIOS

Petistas preparam relatório paralelo contra mensalão

Para oposição, iniciativa pode transformar em pizza trabalho da comissão

Eugênia Lopes
BRASILIA

A bancada do PT na CPI dos Correios ameaça apresentar relatório paralelo ao texto final do relator Osmar Serraglio (PMDB-PR) com as conclusões do esquema operado pelo empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. A informação

é do deputado Carlos Abicalil (PT-MT), um dos petistas encarregados de preparar o documento alternativo. Uma das reivindicações da bancada do PT é que os lucros sejam incluídos no relatório final, que só deverá ficar pronto em fevereiro. A oposição teme que o relatório paralelo do PT acabe transformando a CPI em pizza.

"Temos o direito de manifestar nossa opinião e, por isso, podemos apresentar destaques, complementos ou até mesmo um substitutivo ao relatório. Temos o direito de repelir tudo aquilo com que não concordamos", disse ontem Abicalil. Ele contestou o balanço parcial da CPI dos Correios apresentado na semana passada por Serra-

glgio. "Estamos fazendo um trabalho de avaliação em relação a esse balanço. Já detectamos que omitiram o fato de o PMDB ter recebido recursos de Valério", afirmou o petista.

Em sua avaliação, o relator também usou indevidamente a logomarca do Banco do Brasil ao se referir ao uso de recursos da Visanet – empresa que tem o

BB entre seus acionistas. "Vamos apontar tudo o que está imperfeito a nosso juízo e, se houver condições de emendar o relatório, nós vamos fazê-lo", disse Abicalil.

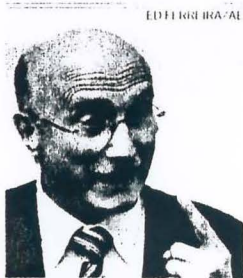
"Os ânimos se acirram cada vez que fica mais próximo o período eleitoral. E, por conta de disputas políticas, corre-se o risco de inviabilizar a votação do relatório final", observou o sub-relator de movimentação financeira da comissão, deputado Gustavo Fruct (PSDB-PR).

DEPOIMENTO

Em depoimento ontem à sub-comissão de Contratos da CPI, o segurança Francisco Marques Carioca confirmou que fez saques no valor de R\$ 1,036 milhão, entre fevereiro de 2000 e julho de 2001, de contas da empresa Skymaster – companhia

de transporte aéreo que tinha contrato com os Correios –, em Manaus. Carioca disse que o dinheiro era entregue ao advogado Marcus Valerius Pinto Pinheiro de Macedo, que, segundo ele, era advogado da Skymaster. Carioca contou que, assim que retirava o dinheiro do banco, acompanhava Marcus Valerius a locais no centro de Manaus, onde os recursos seriam repassados a outras pessoas. Disse, no entanto, que não lembra em que lugares foi com o advogado. A assessoria da Skymaster negou que Marcus Valerius seja seu funcionário.

"Essa coincidência me chamou muito a atenção", afirmou Cardozo. A CPI aprovou ontem a convocação do advogado Marcus Valerius e estuda fazer uma acareação entre ele e o segurança na semana que vem. ●



SERRAGLIO – Verba para base

Serraglio corre para liberar suas emendas

Leoncio Nossa
BRASILIA

Obcecado em conseguir o indiciamento de parlamentares e ex-parlamentares da base aliada do governo citados nas denúncias do esquema do "mensalão", o relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio (PMDB-PR), deixou de lado na tarde de on-



O novo Marcos Valério ligado a saques em bancos surgiu ontem. O segurança Francisco Marques Carioca, de 42 anos, confessou ontem à CPI dos Correios ter sacado em Manaus R\$ 1,36 milhão de contas da Skymaster, empresa que operava o Correio Aéreo Noturno. Carioca disse ter feito os saques a pedido de um advogado da empresa chamado Marcos Pinto. O único advogado na capital amazonense identificado pela CPI com esse nome é Marcus Valerius Pinto Pinheiro de Macedo. Ele foi convocado pela explicar a quem entregava o dinheiro, já que o segurança se recusou a dizer, com a alegação de que não se lembrava dos locais onde deixava o dinheiro.

A empresa Skymaster disse, porém, ao sub-relator de Contratos da CPI, José Eduardo Cardozo (PT-SP), não ter um advogado nem qualquer funcionário com o nome de Marcus Valerius Pinto em Manaus. Com as divergências, a CPI resolveu, além de convocar o advogado, reconvocar o segurança. "Vamos ver se há um novo Marcos Valério nesta história", ironizou Cardozo.

Os integrantes da CPI também querem esclarecer detalhes da história contada ontem por Carioca. Ele, que recebe R\$ 650 como funcionário de segurança da

zonense, com o advogado, que o acompanhava até o caixa. Carioca, porém, é que registrava seu nome e número de identidade no saque. Ele descontou, no total, 27 cheques. "Algumas vezes eu saquei cheques para ele inocentemente", confessou. Após a retirada, ele disse entregar o dinheiro ao advogado e segui-lo com o carro até locais que não quis identificar. Pelo serviço, disse receber R\$ 50.

Carioca, que se recordou de

saques. "Por Deus que eu não me lembro", garantiu. Os integrantes da CPI utilizaram, sem sucesso, todo tipo de argumento para pressionar o segurança a contar a quem se destinava o dinheiro. A senadora Heloisa Helena (PSol-AL) fez um apelo emocional. A deputada Denise Frossard (PPS-RJ) utilizou argumentos jurídicos. "Lá fora está correndo um inquérito e o senhor pode se enrascar", lembrou. Mas nada fez o segurança "lembrar-se" dos locais.

O sub-relator de Contratos desconfia que os saques feitos por Carioca eram pagamento de propina a pessoas que favoreciam a Skymaster em contrato com os Correios. "Está claro que isso é propina para o pagamento de alguém", analisou Cardozo. "Há uma coincidência impressionante de datas." No dia 26 de junho de 2001, os Correios contrataram, sem licitação, a Skymaster para operar o Correio Aéreo Noturno. No dia 27, Carioca sacou em Manaus R\$ 36,9 mil. No dia 28, ele voltou

do chefe do Departamento de Negócios e Operações de Internet dos Correios, Antônio Paula Braquehais. Ele não conseguiu convencer os parlamentares de que está incorreta uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) em contratos feitos pelo setor com a empresa de telefonia Brasil Telecom.

Multa

A auditoria constatou que os Correios deixaram de aplicar uma multa à empresa, em novembro de 2004, por falhas no serviço de endereço eletrônico oferecido pela estatal. Segundo Braquehais, quem deixou de aplicar a multa foi Maurício Silva Marinho, filho do ex-funcionário dos Correios Maurício Marinho flagrado em um vídeo recebendo propina. "De fato houve uma falha. Não foi aplicada a multa", confirmou o funcionário.

Braquehais também não conseguiu explicar aos parlamentares por que reduziu o valor de multas aplicadas à Brasil Telecom nos meses de fevereiro e março deste ano. Em depoimento ao Ministério Público, Marinho disse que se negociava a redução de multas nos Correios em troca de propina. "Há uma impressão de que os servidores tomavam propina aplicando multas e reduzindo os valores", concluiu Cardozo.

Serra encontra-se no lugar errado na hora errada. Tem muito a perder numa campanha para suceder Lula. Para entrar na disputa, precisaria largar pela metade o primeiro mandato de prefeito da maior cidade da América do Sul. O previsível desgaste junto aos eleitores, provocado pelo abandono do cargo, torna a candidatura ao Planalto uma aventura de futuro incerto. Uma segunda derrota para o petista teria consequências muito negativas para o sonho de presidencial. No jogo da política, perderia a vez para uma próxima tentativa.

Famoso pelo estilo discreto, Alckmin nunca disputou eleição nacional e ainda tem de provar a capacidade de

empolgar os eleitores fora do estado de São Paulo. Em compensação, enfrenta pouca rejeição entre os brasileiros, segundo as pesquisas. Serra vive situação oposta. Muito mais conhecido no cenário nacional, o prefeito esbarra na reputação de antipático e brigão para atingir o objetivo de chegar à Presidência da República.

Outros dois tucanos lembrados para enfrentar Lula observam a corrida pelo Planalto com menos ansiedade. O governador de Minas Gerais, Aécio Neves, está no lugar certo na hora errada.

A capacidade de aglutinação política e a tradição do estado o credenciam a tentar chegar ao cargo conquistado, mas não exercido, pelo avô Tancredo. Ainda no primeiro mandato, com 45 anos, tem tempo para chegar ao Planalto e, pela ordem natural do tucanato, precisa esperar a vez dos outros.

Fernando Henrique corre por fora e tem mais a perder do que a ganhar numa campanha eleitoral. Em caso de vitória, voltaria a fazer o que já fez por dois mandatos e, aos 75 anos, com menos disposição física para mais quatro anos no mais alto cargo da República. Na hipótese de derrota, perderia a invencibilidade para o adversário petista, a quem bateu por duas vezes na década de 90. Melhor deixar a tarefa para outro tucano.

O PSDB inicia 2006 com perspectivas de êxito na corrida presidencial muito maiores do que tiveram em qualquer momento da administração petista. O escândalo do mensalão atingiu em cheio a imagem do governo e Lula terá de reverter a queda nas pesquisas para manter as possibilidades de continuar no Planalto. O aumento das chances torna mais acirrada a briga interna dos tucanos e nivela os principais concorrentes. A decisão final sobre o nome do candidato será tomada a partir do cruzamento da posição nas pesquisas com a vontade da cúpula tucana.

Por enquanto, a equação beneficia Serra. A dianteira nas consultas sobre intenção de voto e a capacidade de fazer valer a vontade dão ao prefeito uma ligeira vantagem sobre o Alckmin. Na última eleição presidencial, depois de desbancar Jereissatti dentro do PSDB, ajudou a escanteiar a então governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e o então candidato do PPS, Ciro Gomes, ainda no primeiro turno. Acabou vencido por Lula, reforçado pelos desafetos do concorrente tucano. Em 2006, se quiser concorrer outra vez, Serra terá primeiro de abater o vôo do governador paulista. E depois ainda terá, provavelmente, de medir forças com Lula.

CONTESTAÇÃO

O PT vai contestar o relatório parcial do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que confirmou a existência do mensalão. Para o integrante da CPI dos Correios, Carlos Abicalil (PT-MT), há lacunas no parecer que precisam ser resolvidas. Ele cita, por exemplo, o fato de o relator ter omitido do texto as transferências de recursos feitas pelo PT ao PMDB. Para ele, é preciso reduzir a responsabilidade do Banco do Brasil no repasse de recursos da Visanet para empresas de Marcos Valério. "O que não pode ocorrer é ocultar intencionalmente, absolver parlamentares ou omitir partidos que participaram do esquema de recursos", critica Abicalil. Ele garante que o partido, por enquanto, não pensa em apresentar um relatório paralelo e que fará sugestões a todos os subrelatores.

PF: documento não é montado

MARCELO ROCHA
DA EQUIPE DO CORREIO

Laudo da Polícia Federal concluiu que documento sobre o suposto caixa 2 na campanha à reeleição do ex-governador de Minas Gerais Eduardo Azeredo (PSDB) em 1998 não é fruto de montagem. Tratam-se de três páginas com rubricas e assinaturas atribuídas a Cláudio Mourão, o ex-tesoureiro da campanha derrotada do hoje senador. O material aponta a origem e o destino dos mais de R\$ 100 milhões que teriam sido arrecadados para a disputa eleitoral, dos quais apenas R\$ 8,5 milhões fo-

ram declarados ao Tribunal Regional Eleitoral, conforme prestação de contas oficial do tucano.

Entre os beneficiários desses recursos, segundo o tal documento, estariam o próprio Azeredo, a quem teriam sido destinados R\$ 4,5 milhões. O ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia (PTB-MG), que em 1998 concorreu a uma vaga na Câmara, também apareceu na lista — seria o beneficiário de R\$ 24,6 milhões. Outros R\$ 10,8 milhões teriam sido distribuídos a pelo menos 120 candidatos a deputado do PSDB, PSN, PMDB, PSD, PFL, PRN, PTB, PSL, PSB, PDT, PP, PSC, PL, PST, PMN e PT.

Empréstimos para empreiteiras com aval do governo mineiro, fornecedores do estado, indústrias, bancos, corretoras de valores, órgãos públicos e doleiros são apontados como os abastecedores do suposto esquema do PSDB mineiro. Meta de dos R\$ 100 milhões teriam sido movimentados pela agências SMPB e DNA, do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. Procurados pelo Correio, Mares Guia e Azeredo, por meio das assessorias, negaram o recebimento de dinheiro oriundo de caixa 2. O senador tucano pretende acionar os responsáveis pelas informações.

O mapa do caixa 2 tucano chegou às mãos dos investigadores do mensalão por intermédio do lobista mineiro Nilton Monteiro como parte de um dossiê contra Azeredo, o qual teria recebido de Mourão. Em depoimento à PF, o ex-tesoureiro do PSDB mineiro reconheceu sua rubrica e assinatura nas três folhas, mas alegou desconhecer o conteúdo. Foi então solicitada ao Instituto Nacional de Criminalística (INC) perícia para verificar se ele era fruto de montagem, o que não foi constatado. Mourão será convocado pela polícia novamente, assim como supostos beneficiários do esquema.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 03

Doc: 3524

POLÍTICA

CRISE ÉTICA

Funcionário diz ter retirado dinheiro de contas da Skymaster a pedido, curiosamente, de um advogado chamado Marcus Valerius

Ed Ferreira/Agência Estado



FRANCISCO MARQUES CARIOCA: PRESSÃO DE DEPUTADOS FOI INSUFICIENTE PARA O SEGURANÇA REVELAR DESTINO FINAL DO DINHEIRO SACADO

Segurança confirma saque de R\$ 1,36 mi

HELAYNE BOAVENTURA

empresa Cortêz Câmbio e Turis-

detalhes dos encontros, garantiu

ao banco para retirar R\$ 165 mil.



e-mail eumano.silva@correioweb.com.br



O voo de Alckmin

O fato novo na eleição presidencial chama-se Geraldo Alckmin. O governador de São Paulo preparou-se para entrar na corrida pelo Palácio do Planalto desde a vitória sobre o petista José Genoíno no segundo turno da eleição estadual de 2002. Nestes três anos, evitou queimar etapas e aguardou o melhor momento de lançar-se na disputa nacional. Escolheu o mês de dezembro para alçar voo rumo à sucessão de Luiz Inácio Lula da Silva. Começa o ano de 2006 na condição de estrela ascendente na preferência dos eleitores.

Alckmin ocupa o lugar certo na hora certa. Comanda o maior estado brasileiro e tem a aprovação dos paulistas nas pesquisas de opinião. No segundo mandato de governador, não pode concorrer outra vez ao Palácio dos Bandeirantes. A candidatura a presidente torna-se ambição legítima e natural nas condições atuais. Tem pouco a perder na disputa, mas terá muitas dificuldades para conseguir a indicação pelo PSDB.

O maior problema para as pretensões de Alckmin chama-se José Serra. O prefeito de São Paulo preparou-se a vida inteira para presidir o Brasil e costuma usar a força política consolidada dentro do partido para remover os obstáculos. Em 2002, atropelou o então governador do Ceará, Tasso Jereissatti, na disputa interna e credenciou-se para concorrer à sucessão de Fernando Henrique Cardoso.

O prefeito perdeu para Lula no segundo turno e quer outra chance para chegar ao Planalto. Tem projeção nacional e deixou a imagem de administrador eficiente no tempo em que comandou o Ministério da Saúde. De acordo com as últimas pesquisas, venceria o presidente petista se a disputa fosse hoje. Desfruta do melhor desempenho de todos os oposicionis-

DOS PRODUTORES DE "SEXO, AMOR & TRAIÇÃO"

Glória Pires

Tony Ramos

Se Eu Fosse Você

Uma comédia de Daniel Filho



Você vai sair do cinema
uma outra pessoa.

VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

www.seeufossevoce.com.br

6 DE JANEIRO NOS CINEMAS



RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 04

Doc: 3524

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/CPI DOS CORREIOS

Cruzamento de dados feito por Comissão aponta ligação entre sete funcionários do Legislativo e movimentação financeira do publicitário

CPI acha novos elos entre Congresso e Valério

EX-DEPUTADO
MANTÉM
PRESTÍGIO
NO PLANALTO

Mesmo depois de ter renunciado para escapar à cassação, o ex-deputado petista Paulo Rocha (à dir.) continua bem recebido pelo Planalto. Ontem, após cerimônia com Lula, abraçou o presidente, conversou e tirou fotos com ele



Lula Marques/Folha Imagem

MARTA SALOMON
SILVIO NAVARRO
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em busca de novos beneficiários do caixa dois do PT, a CPI dos Correios analisa uma relação com nomes de sete funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado que tiveram movimentações financeiras e contatos telefônicos com as empresas do publicitário Marcos Valério de Souza.

Os funcionários do Legislativo aparecem em um rastreamento preliminar da CPI. Os técnicos cruzaram uma lista de 30 mil servidores, extraída da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), uma espécie de censo do Ministério do Trabalho, com informações dos sigilos bancários e telefônicos arquivadas na comissão.

No cruzamento dos dados, os técnicos chegaram a uma lista de 47 funcionários ou ex-funcionários do Congresso, entre 2000 e 2004, cujos nomes aparecem associados de alguma forma às quebras de sigilos bancários e telefônicos que compõem a base de dados da CPI. Desse total, apenas sete estão vinculados diretamente às movimentações financeiras de Valério. Os demais surgem vinculados a empresas ou pessoas investigadas e ao PT, que ofereceu seus sigilos voluntariamente no decorrer das investigações.

Na lista de 47 nomes, a presença de um alto funcionário da Câmara chamou a atenção pelo intenso relacionamento com o PT e seu ex-tesoureiro Delúbio Soares.

O rastreamento funcionou da seguinte forma: após cruzar a relação dos 30 mil funcionários com a base de dados dos sigilos bancários e telefônicos, a CPI chegou a cerca de 700 nomes de servidores

apontou 47 nomes que apresentaram relação telefônica e bancária com os investigados.

Como a base de dados foi apenas parcialmente abastecida, o número total de vínculos pode aumentar. O rol de contas bancárias investigadas pela CPI chega hoje a cerca de mil, referentes a aproximadamente 400 pessoas físicas e jurídicas. O cruzamento dos números ultrapassa 6.000 movimentações financeiras de natureza diferentes.

A CPI ainda não pode precisar que tipo de ligação cada um dos funcionários que aparecem nos cruzamentos teve com os personagens ou as empresas suspeitas no atual estágio de apuração.

A operação visa buscar beneficiários finais ainda não identificados de cerca de R\$ 20 milhões dos R\$ 55,8 milhões distribuídos pelo "valerioduto", de acordo com o valor informado pelo publicitário. Na avaliação do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da CPI, a lista dos beneficiários do caixa dois do PT, fornecida por Valério, pode ocultar nomes de outros deputados. "Dispomos de um instrumento que saiu caro para o Congresso e que pode auxiliar a identificar e detalhar mais do que o que se imaginava do contexto do esquema do Marcos Valério. Não podemos esquecer que o [ex-deputado] Roberto Jefferson informou que muitos parlamentares recebiam e não se limitava os líderes. É possível que se encontrem novos nomes", disse Serraglio.

O rastreamento começou há duas semanas, mas foi interrompido porque o programa 1-2, comprado pelo Senado para auxiliar os trabalhos da CPI, foi utilizado para buscar outras informa-

Presidente da
GTech reafirma
tese de extorsãoANDRÉA MICHAEL
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente da GTech para a América do Sul, Fernando Cardoso, disse ontem, em depoimento à Polícia Federal, que a empresa foi vítima de tentativas de extorsão feitas por Waldomiro Diniz e Rogério Buratti, que teriam tentado vender à multinacional, por R\$ 6 milhões, a renovação de seu contrato com a Caixa para gerir o sistema de loterias do país.

A versão de Cardoso repete o que já fora dito pelo diretor da empresa Marcelo Rovai e pelo ex-presidente Antonio Carlos Lino da Rocha.

No depoimento, prestado a pedido da CPI dos Bingos, Cardoso afirmou que até o momento a Caixa não assumiu o processamento de nenhum dos pontos lotéricos do país, obrigação que teria sido acertada pelo banco no último contrato firmado com a GTech.

"Precisamos ver agora quem está mentindo", disse Leonardo Rolim, assessor da CPI dos Bingos que acompanhou o depoimento, ontem em Brasília.

Em nota à imprensa, a Caixa afirma que "já assumiu completamente o processamento das loterias federais, incluindo apuração, rateio, repasse dos recursos arrecada-

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDUR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDERAVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA NACIONAL Nº 024/05Data: 27.12.2005
Solicitação de Empréstimo Nº: 7344-BR
Edital Nº: 024/05

1. O Estado da Bahia solicitou um empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (doravante denominado "Banco Mundial"), no montante de US\$ 49.296.000,00 (quarenta e nove milhões, duzentos e noventa e seis mil dólares americanos) para o financiamento do Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Carentes no Estado da Bahia, VIVER MELHOR II, e pretende aplicar parte dos recursos em pagamento decorrentes do contrato para EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE INFRA-ESTRUTURA, URBANIZAÇÃO E MELHORIAS HABITACIONAIS, EM BOIADEIRO E SÃO BARTOLOMEU, NO MUNICÍPIO DE SALVADOR, NO ESTADO DA BAHIA. A licitação está aberta a todos os Concorrentes que demonstrem a capacidade e as qualificações necessárias à boa execução do contrato.

2. A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, doravante denominada Contratante convida os interessados a se habilitarem e apresentarem propostas para a EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE INFRA-ESTRUTURA, URBANIZAÇÃO E MELHORIAS HABITACIONAIS, EM BOIADEIRO E SÃO BARTOLOMEU, NO MUNICÍPIO DE SALVADOR, NO ESTADO DA BAHIA.

3. O Edital e as cópias adicionais poderão ser adquiridos na Tesouraria da CONDER, em sua Sede, sita Av. Edgard Santos, 936, Nandiba, Salvador - Bahia - Brasil, tel.: (71) 3117.3447, por meio de solicitação por escrito e o pagamento sem direito à restituição de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por Edital, a partir do dia 04/01/2006. Os interessados poderão obter maiores informações no mesmo endereço, junto à COPEL, tel.: (71) 3117.3474 / fax.: (71) 3371.3709.

4. As propostas deverão ser entregues na Sala da COPEL, na Sede da CONDER, sita Av. Edgard Santos, 936, Nandiba, Salvador - Bahia - Brasil, até às 16:00 horas do dia 06/02/2006, acompanhadas de Garantia de Proposta no valor de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) e serão abertas às 16:00 horas do mesmo dia, na presença dos interessados que desejarem assistir à cerimônia de abertura.

5. O Concorrente poderá apresentar proposta individualmente ou como participante de um "Joint-Venture" e/ou Consórcio.

Salvador, 27 de dezembro de 2005.
JOÃO LUIZ MONTEIRO GONÇALVES RAMOS

continua aos prefeitos, que agora terão que cobrar:

— Se não cobrarem, não terão o dinheiro que existe. Andando pelo Brasil, a gente percebe muitas cidades em que os prefeitos não querem cobrar nem o IPTU das poucas casas que existem. Não cobram porque não é politicamente conveniente cobrar. Muitas vezes, é mais fácil cobrar do governo estadual, do presidente, e não de quem deve pagar.

Com ITR, governo arrecadou R\$ 280 milhões

Lula afirmou não ter dúvidas de que os prefeitos vão "dar conta de cobrar o ITR":

— Vocês vão dar conta de cobrar de quem deve pagar. Vai ter briga mas, certamente, vocês vão arrumar muitos aliados e alguns adversários. Mas é assim mesmo, porque no Brasil, quando se trata de cobrar imposto sobre propriedade, na hora de vender, as pessoas tem uma grande propriedade, na hora de pagar, tem uma pequena propriedade — ressaltou o presidente.

No ano passado, o governo federal arrecadou aproximadamente R\$ 280 milhões com o ITR. A expectativa dos prefeitos é que esse valor chegue a um total de R\$ 1 bilhão neste ano.

No discurso, o presidente voltou a afirmar que 2006 será um ano melhor para os prefeitos e também para o país. ■

CLASSIFICADOS DO RIO
2534-4333
www.rio25344333.com.br
 ou em uma das nossas lojas de Classificados.

A partir de R\$ 33, seu anúncio sai no **Globo, Extra e Globo Online** para mais de 4 milhões de leitores.

CLASSIFICADOS DO RIO: TODO MUNDO VÊ, TODO MUNDO COMPRA.

50% DE DESCONTO*

1º PAGAMENTO SÓ EM FEVEREIRO

DF-36 FOTO ILUSTRATIVA



354 Litros

FROST FREE

R\$ 169,00 (CADA)

0+20 NO CARNÊ

1º PAGAMENTO SÓ EM FEVEREIRO



8 kg

LAVADORA BRASTEMP 8 kg

DE: R\$ 1.399,00

POR: R\$ 1.299,00 A VISTA

0+24

R\$ 99,00 (CADA)

BRASTEMP LAVADORA BRASTEMP LAVAGEM DE ROUPAS PESADAS, MOLHO INTELIGENTE, CESTO DE 100 PEÇAS

Electrolux REFRIGERADOR ELECTROLUX DISPENSER PARA LATAIS 100 PEÇAS

PREÇO À VISTA R\$ 1.999,00 (CADA)

12x Sem Juros no cartão***

Aceitamos cartões de crédito/débito: 

CHARTAS VALORES SÓCIENTE QUARTA FEIRA, DIA 28/12/2005. OU ENQUANTO DURAREM OS ESTOQUES. APÓS ESTA DATA, OS PREÇOS VOLTAM AO NORMAL 92,1%. AO ANO, 20 PARCELAS, JUROS DE 6,5%, 5,62% E 5,05% AO MÊS E 90,12%, 92,11% E 91,98% AO ANO, 24 PARCELAS, (ISÇÃO DE MÓVELS) JUROS DE 10% INCLUSO. NENHUMA DESPESA ADICIONAL. NÃO COBRAMOS TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO. ESTAMOS ABERTOS AOS DOMINGOS NAS CIDADES AL PRODUTO ANUNCIADO. **CONSULTE A LOJA SOBRE O MÓVEL DISPONÍVEL. ***EXCETO PARA PRODUTOS HP E TELEFONIA CELULAR. CONSULTE PRODUTOS

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS

Fls: 05

Doc: 3524

TEMPO QUENTE NO CONGRESSO: *Quarenta funcionários da Câmara sob suspeita podem sofrer devassa bancária e fiscal*

CPI pode pedir quebra do sigilo de servidores

Serraglio confirma possibilidade do envolvimento de outros parlamentares no esquema do valerioduto

Bernardo de la Peña e
Adriana Vasconcelos

• BRASÍLIA. O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), disse ontem que a comissão poderá pedir a quebra do sigilo de pelo menos 40 dos 400 servidores e ex-assessores da Câmara que tiveram alguma ligação com as movimentações financeiras feitas por empresas ou pessoas ligadas ao valerioduto, como mostrou reportagem do GLOBO ontem. Embora diga que a prioridade

da CPI dos Correios é identificar a origem dos recursos que alimentaram o valerioduto, Serraglio afirmou que a comissão não pode se omitir na investigação sobre novos possíveis beneficiários do esquema montado por Marcos Valério e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Serraglio confirmou que há possibilidade de outros parlamentares, além dos 19 deputados que tiveram seus nomes encaminhados para a Mesa da Câmara, terem se beneficiado do valerioduto. Caso isso seja

comprovado, o relator disse que os nomes deverão ser encaminhados para a Mesa da Câmara ou do Senado.

— Possibilidade (de existirem outros deputados por trás dos assessores) há. Ou não teria sido feito o cruzamento. Ainda existe muita coisa obscura. Se é fato o que o Roberto Jefferson informou, de que eram muitos os beneficiados, há possibilidade de existirem outros rastros — afirmou.

Funcionário aposentado da Câmara, Armando Sampaio La-

cerda procurou O GLOBO ontem para informar que o depósito de R\$ 73 mil que recebeu, posto sob suspeita pela CPI, foi referente ao pagamento de serviço prestado por sua empresa ao Ministério dos Esportes. Segundo ele, entre 9 e 16 de novembro de 2003, sua produtora, após participar de uma tomada de preços do Ministério dos Esportes, fez um filme de 40 minutos sobre o VI Jogos dos Povos Indígenas, em Palmas (TO).

Armando Lacerda afirma que recebeu o dinheiro como

pagamento pelo serviço e que o filme foi exibido na TV Nacional e na TV Câmara. De acordo com Lacerda, foram feitos dois depósitos no total de R\$ 73 mil e não dois pagamentos com este valor cada.

O líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), cobrou ontem resultados da convocação extraordinária do Congresso e criticou a paralisação dos trabalhos da CPI dos Correios e do Conselho de Ética da Câmara. Ele manifestou preocupação com o relatório

parcial apresentado por Serraglio, argumentando que foi apresentado, começou a ser discutido, mas não chegou a ser votado. Isso, na avaliação do líder, produz insegurança.

— Aquilo que era para ser elemento de indício virou verdade — criticou. ■

COLABOROU Luiza Damé

► NO GLOBO ONLINE:

No especial escândalos, ouça a rádio mensalão
www.oglobo.com.br/pais

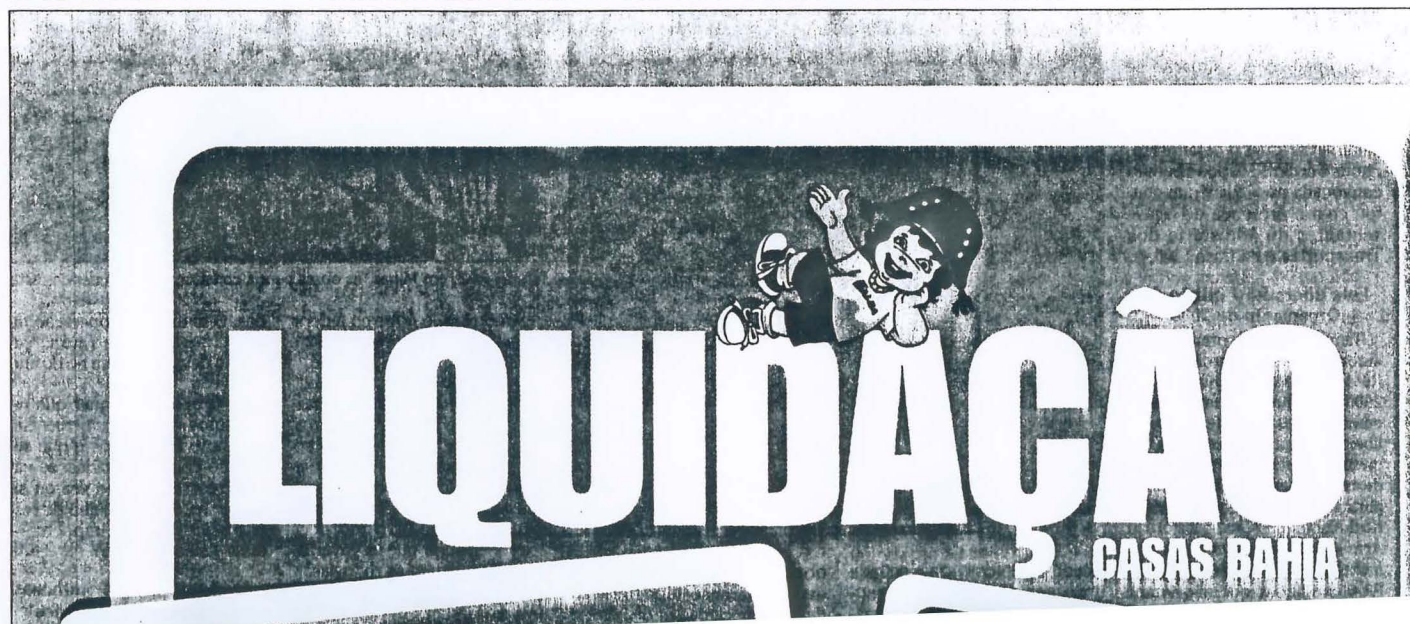
Lula quer prefeitos empenhados em cobrar impostos

Presidente critica os que preferem pedir verbas aos estados ou à União

Luiza Damé

• BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou ontem dos prefeitos um maior empenho na cobrança de impostos devidos aos municípios. Numa solenidade no Palácio do Planalto para sanção da lei que transfere para os municípios o Imposto Territorial Rural (ITR), Lula criticou os prefeitos que preferem a solução mais fácil de pedir recursos aos estados ou ao governo federal.

Para uma platéia de cerca de 80 pessoas, boa parte de-



preparado para a runção.

Fogo amiglo

Por sinal, Chinaglia ontem teve espaço de destaque no site do PSDB. Era dele e não de um tucano a frase do dia: "O ano de 2005 foi horrível, um desastre político".

Mostrando serviço

A sub-relatoria de contratos da CPI dos Correios inicia hoje uma maratona de 33 audiências, que promete realizar durante a convocação extraordinária. Hoje também serão feitos três depoimentos.

Na mira

Um dos depoentes é Francisco Marques Carioca, sócio da empresa Beta, acusada de superfaturar preços dos contratos fechados com os Correios.

Acusações

Na carta, Mattos Filho é acusado de concentrar todo o poder e tomar decisões sem consultar os demais membros da faculdade, como no caso da demissão de Marcelo Neves.

Mobilização

Por fim, os destinatários do e-mail são convocados a enviar cartas ao presidente da FGV, Carlos Ivan Simonson, repudiando o "ato injusto" que coloca em risco a credibilidade da instituição.

É guerra

Uma carta de repúdio também será publicada no começo de janeiro para dar visibilidade ao fato e mobilizar mais pessoas em torno do caso.

Falta do que fazer

O líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), mandou ontem um fotógrafo registrar o comitê de imprensa da Casa vazio.

Com a atitude, afirma ter recolhido munição para contra-atacar quando os jornais publicarem fotos dos plenários do Congresso às moscas. Como em casos anteriores, o tiro tende a sair pela culatra. Afinal, repórter tem de correr atrás de notícia, com ou sem salário extra.



JOGO RÁPIDO

■ A vice-presidente da Firjan, Ângela Costa, é homenageada hoje em jantar na residência do advogado Richard Rodrigues, um dos mais renomados do Rio. A nata da classe jurídica foi convidada para o evento.

■ O ministro da Educação, Fernando Haddad, assinou ontem o decreto que regulamenta a Lei de Libras, a língua brasileira de sinais, e prevê a formação de professores e intérpretes bilíngües (português e libras).

TINA VIEIRA (INTERINA)
(Com equipe)
informe@jb.com.br

ja estão colocadas para o crescimento – disse.

Segunda-feira, no programa de rádio "Café com o Presidente", Lula deu sua "garantia pessoal" de que o Produto Interno Bruto (PIB) voltará a crescer em 2006.

– O ano de 2006 vai ser melhor, porque vamos continuar crescendo. Os empresários terão mais lucros e assim vão pagar mais imposto de renda – disse Lula acrescentando que com o aumento da arrecadação "crescem estados e municípios aumentando a qualidade de vida do brasileiro".

Ontem, Lula falou a dezenas de prefeitos e lideranças municipais no Palácio do Planalto, em solenidade para sancionar a lei que concede aos

Planalto. A lei sancionada por Lula permite a transferência da arrecadação por convênio entre Prefeitura e Receita, em alíquotas progressivas que punem a baixa produtividade.

Os prefeitos dos 5.562 municípios brasileiros são considerados politicamente estratégicos pelos articuladores do Planalto. Lula criou, na Casa Civil, uma subsecretaria de Assuntos Federativos, para tratar de assuntos municipais e recebeu os prefeitos nas três marchas que fizeram anualmente a Brasília, em seu governo.

– Sei que não é todo governo que tem essa consideração,

Lula critica estados pela relação com os municípios

– Nem todos os estados recebem os prefeitos como deveriam receber, nem todos os governos estaduais do Brasil tratam os prefeitos como eles gostariam de ser tratados – discursou.

Lula também mencionou a aprovação das leis que deram aos municípios acesso aos depósitos judiciais, o direito de fazer consórcios para obras públicas em cidades vizinhas e a que aumentou a base de arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS).

– Finalmente temos um presidente municipalista – elogiou Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional de Municípios.

GTech alvo de extorsão

Presidente da empresa depôs na Polícia Federal

RENATA MOURA

BRASÍLIA – O depoimento do presidente da GTech do Brasil, Fernando Antônio de Castro Cardoso, dado ontem à Polícia Federal confirma a versão de que a empresa foi vítima de tentativas de extorsão feitas por Waldomiro Diniz, ex-assessor de Assuntos Parlamentares da Presidência, e Rogério Buratti, ex-secretário de Governo na gestão de Antonio Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto. Os dois teriam tentado vender à multinacional, por R\$ 6 milhões, a renovação do contrato com a Caixa para gerir o sistema de loterias do país.

A versão de Cardoso, conforme a qual a GTech teria sido extorquida, reproduz o que já fora dito pelo diretor da empresa Marcelo Rovai e pelo

seu ex-presidente Antonio Carlos Lino da Rocha.

Cardoso, no entanto, não esclareceu o porquê da GTech ter contratado a MM Consultoria, de Walter Santos Neto, por cerca de R\$ 5 milhões a título de honorários advocatícios. Santos Neto é investigado pela comissão como um dos intermediadores do contrato no valor de R\$ 650 milhões, entre a Caixa e a GTech. Ele seria o responsável pela distribuição das propinas dentro da estatal.

– Esta história continua ainda muito mal contada – afirmou Leonardo Rolim, um dos assessores da CPI, que acompanhou o depoimento.

Durante quase quatro horas de depoimento, Cardoso não fugiu da linha declaratória do ex-diretor de Marketing da multinacional GTech e atual gerente do Chile, Marcelo Rovai, e o ex-presidente Antônio Carlos Lino da Rocha. Confirmou que o contrato com MM Consultoria era de "ris-

co/sucesso", ou seja, no qual obtendo resultado favorável a GTech teria remuneração em torno de 0,8% do valor da causa, que neste caso era de R\$ 650 milhões. Porém, não explicou com clareza porque pagou a última parcela dos honorários antes mesmo de ter o mérito final da ação.

Sobre a contratação da empresa de Walter Santos Neto, para a prestação de serviços jurídicos, Cardoso esquivou-se. Disse não saber afirmar quem na empresa havia negociado com o então presidente da GTech, Enrico Gianelli a escóla por Santos Neto.

Para os assessores da CPI dos Bingos presenes no depoimento a grande frustração foi a ausência de uma explicação plausível que confirme a força de Buratti para impedir a assinatura do contrato.

– Nem servidor ele era – avaliou Leonardo Rolim.

Cardoso disse que não poderia confirmar qual o peso da influência de Buratti.

CPI cruza dados de deputados

BRASÍLIA – Os integrantes da CPI dos Correios pretendem concluir até a primeira quinzena de janeiro o confronto de nomes de assessores de parlamentares do Congresso com dados dos saques das contas de Marcos Valério Fernandes de Souza. A intenção da CPI é identificar se outros deputados, além dos já investigados, receberam recursos do valerioduto.

Por enquanto, o cruzamento de dados apontou que 47 pessoas mantiveram contato telefônico e transacionaram recursos com as 400 pessoas físicas ou jurídicas investigadas pela CPI dos Correios. Outro contingente, aproximadamente 700 funcionários, tiveram contatos telefônicos ou bancários com as pessoas físicas e jurídicas investigadas. (FP)

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 06

Doc: 3524

INFORME JB

Além do mordomo, a culpa é da mídia

Alguns parlamentares insistem em culpar a imprensa pelo desgaste do Legislativo perante a opinião pública. Ontem, o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), disse que existe um "interesse de depreciar o Congresso".



GILBERTO MESTRINHO

E acrescentou que há paralisação nos trabalhos porque a convocação só começa em janeiro. Trata-se de um erro, assinalou o deputado Ricardo Barros (PP-PR). Lembrou, como é público e notório, que o trabalho extraordinário foi iniciado agora no dia 16. A manifestação de Mestrinho foi insuflada por discursos anteriores. Entre os quais, o do líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB).

— A convocação foi um equívoco, uma convocação meia-sola. Os plenários das duas Casas não estão funcionando e o presidente do Conselho de Ética da Câmara ainda deu férias para seus integrantes — disse o deputado Pauderney Avelino (PFL-AM), retrucando os colegas.

Ainda há tempo

Suassuna disse que lutou para que os parlamentares não recebessem dois salários a mais durante a convocação extraordinária. Como se sabe, o regimento não o impede de tomar a decisão solitária de recusar tal remuneração.

Em ponta de faca

Relator do Orçamento Geral da União para 2006, o deputado Carlito Merss (PT-SC) não engrossou o coro de descontentes com a imprensa. "Aprendi a não brigar com os erros".

De olho em 2006

Entusiasta da gestão de Lula, Merss não esconde mais o desejo de ser escolhido líder do governo na Câmara. Depois de elogiar a atuação do atual ocupante

Briga boa

Uma briga acadêmica está movimentando os bastidores da Justiça brasileira e já chegou aos gabinetes do Supremo Tribunal Federal. O assunto em debate é a demissão do jurista e professor Marcelo Neves da Fundação Getúlio Vargas.

Fora de cena

Neves dava aulas na recém-criada Escola de Direito da FGV de São Paulo. No dia 14, foi demitido pelo reitor da escola, o advogado Ary Oswaldo Mattos Filho.

Defesa de peso

A demissão motivou uma reação imediata de juristas brasileiros e alemães de peso, que iniciaram uma campanha para que Neves seja readmitido. Um e-mail foi enviado



LULA sancionou ontem o Projeto de Lei relativo ao Imposto Territorial Rural e reafirmou que 2006 será o ano do crescimento

Lula: crescimento no lugar de estabilidade

Presidente diz que "lógica" da economia já está "consagrada"

BRASÍLIA — O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que "a lógica do crescimento" deve substituir o debate sobre a estabilidade econômica, que, segundo ele, "já está consagrada".

— O Brasil não precisa mais ficar falando da estabilidade, porque a estabilidade já está

municípios o direito de arrecadar e fiscalizar o pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR). Antes da nova lei, a arrecadação era exclusiva da União, que ficava com metade da receita do ITR.

A Receita Federal arrecadou, em 2005, R\$ 280 milhões

nem são todos os governadores que tratam com a consideração que os prefeitos merecem — disse Lula no discurso.

— E nem pergunto de que partido é maioria dos prefeitos que vêm na marcha — continuou o presidente.

No mesmo dia em que li-

*Envolvido
no mensalão
no evento*

BRASÍLIA — Mesmo de-

para a assessoria passou R\$ 1.914 para o próprio líder do PP. Outras operações foram feitas na conta da assessora em outras datas.

A CPI também acha anormal o volume de movimentação bancária na conta de Rosa Alice. De 2000 a 2005, um total de cerca de R\$ 1,5 milhão foi depositado em sua conta. Como assessora da Câmara, o salário de Rosa Alice é incompatível com essa movimentação, com seus vencimentos equivalendo a cerca de R\$ 3 mil mensais no momento de maior valor.

A CPI investiga se as contas de Rosa Alice funcionam como um espécie de "conta ônibus". Ou seja, o dinheiro entra e sai dela constantemente. Na verdade, essa tese prospera dentro da CPI porque a conta tem saques dos familiares de Janene (e até mesmo do próprio deputado, mas em valores baixos), mas

CRÍTICAS DE CHINAGLIA

O líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse estar preocupado com relatório parcial apresentado pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PA), da CPI dos Correios. Segundo Chinaglia, elementos que eram para ser apenas indícios se transformaram em verdade. O líder destacou ainda que o relatório foi apresentado, começou a ser discutido, mas não chegou a ser votado. Isso, na avaliação do líder, produz insegurança.

Denúncia de extorsão

DA REDAÇÃO

Em depoimento ontem à Polícia Federal, o atual presidente da Gtech do Brasil, Fernando de Castro Cardoso, acusou Rogério Buratti, ex-assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na prefeitura de Ribeirão Preto (SP), e Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil, de tentarem extorquir R\$ 6 milhões da multinacional durante o processo de renovação do contrato para administração de loterias com a Caixa Econômica Federal (CEF), no primeiro semestre de 2003. O executivo foi ouvido a pedido da CPI dos Bingos, que investiga a denúncia de achacosa contra a companhia.

A acusação foi feita à comissão em julho passado, pelos ex-presidente e ex-diretor de marketing da empresa, Antônio Lino da Rocha e Marcelo Rovali. A expectativa era de que Cardoso pudesse acrescentar informações ao caso, mas o interrogatório frustrou os investigadores. Além de não conseguir de-

monstrar a força que Buratti teria para vetar o nome da empresa no contrato, ele não os convenceu sobre o pagamento de R\$ 5 milhões feito pela Gtech ao advogado Walter Santos Neto, da MM Consultoria, suspeito de ter sido intermediário da propina, segundo integrantes da CPI.

Sobre a migração dos serviços administrados hoje pela multinacional para a Caixa, prevista para ser concluída em maio de 2006, Cardoso afirmou que "até o momento todas as unidades lotéricas no país mantêm sistemas cujas transações são capturadas pela Gtech". A Caixa garantiu, por meio de nota, que todas as unidades lotéricas do país estarão interligadas em sistema sob sua responsabilidade até maio. De acordo com o comunicado, 48 terminais no Distrito Federal já funcionam dessa forma e, a partir do próximo mês, a estatal instalará o restante das novas estações no Brasil e desinstalará todos os equipamentos sob responsabilidade da Gtech.

no fujioka
também.



Visite nosso site: www.fujioka.com.br

Orientação ao consumidor: Promoção, não cumulativa com outras existentes, válida para pessoas físicas, até 30/12/05 para as lojas de Brasília (ou enquanto durar o estoque no período de vigência). Pagamento, conforme especificado em cada produto, 10 vezes sem entrada e sem juros, com os demais pagamentos a cada 30 dias, nos cartões Visa ou Mastercard. Para o aparelho Gradiente GF690, somente no plano Claro Estilo 100. Claro-Conta com fidelização de 12 meses para o aparelho e para a linha. Clientes Claro-Conta sujeitos à análise de crédito, permanência mínima e multa nas hipóteses previstas em contrato, e sendo cancelados por inadimplência perdem o benefício. Mais informações, ligue 0800 036 3536 ou consulte o regulamento no site www.claro.com.br. Aparelhos para uso exclusivo na Rede Claro. Limite de um aparelho por CPF. Estes produtos podem não estar disponíveis em todas as lojas. Garantida a quantidade de 5 peças por produto. Fotos ilustrativas.

Fujioka
ENTENDE VOCÊ

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 07

Doc: 3529

POLÍTICA

José Varella/CB/28.9.05



JANE: DEPUTADO TERIA FEITO OITO TRANSFERÊNCIAS PARA A ASSESSORA, QUE SOMADAS CHEGAM A R\$ 139,5 MIL

CRISE ÉTICA

Integrantes da CPI dos Correios investigam repasse de recursos a parlamentares a partir da conta de funcionária do deputado paranaense

Suspeita contra assessora de José Janene

A CPI dos Correios já tem indícios de que a conta bancária de Rosa Alice Valente, assessora parlamentar do deputado José Janene (PP-PR), foi um dos canais usados para abastecer o mensalão de parlamentares. Depois de receber nove repasses da 25ª Partidações e um da Rogério Lanza Tolentino Assessoria Ltda, empresas das quais Marcos Valério Fernandes é sócio, a corretora de valores Bônus Banval fez seis depósitos nas contas de Rosa Alice. O total de repasses feito pela corretora para a assessora foi de R\$ 154 mil e a CPI suspeita que pelo menos parte desse dinheiro foi transferido para a mulher de Janene, Stael Fernanda Rodrigues Lima, e, em valores bem menores, para as filhas do deputado, Michelle e Danielle.

Segundo dados referentes às contas de Rosa Alice, no dia 14 de junho de 2004, por exemplo, a Bônus Banval colocou R\$ 30 mil em nome da assessora. No mesmo dia, Rosa Alice enviou R\$ 1.063,70 para Stael Fernanda,

também registra depósitos feitos pelo líder do PP. Assim, a CPI trabalha com a hipótese de que Janene e seus parentes teriam livre trânsito pela conta da Rosa Alice, uma das principais assessoras do deputado.

Operações

Além do dinheiro depositado pela Bônus Banval, o próprio Janene fez oito transferências para a assessora. Ao todo, repassou, em oito operações, R\$ 139,5 mil. A CPI apura a possibilidade de esse dinheiro ter apenas "passeado" pelas contas de Rosa Alice e ter sido repassado para o próprio deputado ou outros parlamentares. A CPI achou ainda uma terceira fonte de recursos suspeita nas contas da assessora. A operação descoberta, de 21 de janeiro, de R\$ 11.628, foi feita por Enivaldo Quadrado, um dos diretores da Bonus-Banval.

A CPI quer saber se a Bônus Banval abasteceu outras contas, além da de Rosa Alice Valente, para escoar o dinheiro enviado por Valério, já que apenas R\$ 154 mil

0 ano está quase acabando.

Com esse precinho, os celulares



vaierio e 21 pessoas e empresas ligadas a ele nos últimos cinco anos. A Rais identifica funcionários contratados pela Câmara nesse período.

O cruzamento de informações só foi possível porque os parlamentares obtiveram no Ministério do Trabalho a relação das pessoas que receberam por terem trabalhado na Câmara ou no Senado nos últimos cinco anos. A lista havia sido solicitada à Mesa da Câmara durante a gestão do ex-presidente da Casa Severino Cavalcanti (PP-PE), que renunciou em meio ao escândalo de que teria recebido dinheiro para renovar a concessão do restaurante da Câmara. Severino, porém, sempre se negou a fornecer os dados.



DELÚBIO E Valério: a CPI já identificou 400 servidores que fizeram transações bancárias com o grupo do valerioduto

Mulher de Janene aparece na lista

• O número de 40 assessores parlamentares que tiveram relações financeiras e contatos telefônicos com Valério não quer dizer, entretanto, que existiriam outras quatro dezenas de parlamentares ligados ao escândalo. A informação vem sendo tratada com cautela pelo integrantes da CPI. Porém, já foram encontradas ligações que representam novas transferências de recursos para beneficiários do esquema organizado pelo ex-tesoureiro do PT.

A CPI encontrou, por exemplo, novas transferências de dinheiro que, na avaliação dos integrantes da comissão, foram destinadas ao líder do PP na Câmara, José Janene (PR). Entre os assessores que constam da nova lista organizada pelo programa I2, estão a mulher de Janene, Stael Fernanda Rodrigues Lima, que foi funcionária da Câmara de 2001 a 2004, e uma assessora do gabinete do deputado paranaense, Rosângela Fortes de Carvalho.

Stael Fernanda, segundo a CPI, teria feito duas transferências para a Bônus-Banval nos valores de R\$ 117.900 e R\$ 53.100. A corretora já vem sendo investigada pela comissão como uma das empresas que teriam intermediado o repasse de recursos para o parlamentar. Sua filha, Michelle Kremmer Janene, trabalhou na empresa e dois outros funcionários da corretora sacaram dinheiro das contas de Valério no Banco Rural. Janene informou, por sua assessoria, que não comentaria o assunto.

Há inclusive uma divergência entre o que Valério diz ter destinado à

Serviço secreto inglês usa o o I2

• O programa de computador I2, usado pela CPI dos Correios para descobrir novas ligações entre funcionários do Congresso e o esquema montado pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e pelo empresário Marcos Valério de Souza, é o mesmo usado pelo serviço secreto inglês.

Segundo o fabricante inglês, o programa é usado também pelas polícia da África do Sul e pela empresa de auditoria KPMG. O I2

identifica, a partir de uma base de dados, todas as conexões entre os personagens sobre os quais constam registros nesses arquivos.

No caso da CPI, os arquivos foram alimentados com dados referentes à quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de 22 empresas e pessoas ligadas a Valério. A descoberta foi possível porque foram incluídos na base de dados da CPI, analisada pelo I2, os registros obtidos na Relação Anual de

Informações Sociais (Rais), de responsabilidade do Ministério do Trabalho. Nessa relação, estão todos os funcionários que receberam salários da Câmara e do Senado de 2000 a 2005.

Foi possível encontrar, por exemplo, ligações telefônicas de assessores parlamentares para empresas de Valério e transferências bancárias feitas por empresas ou pessoas ligadas ao empresário e funcionários da Câmara.

Bônus e o que os sócios da empresa admitem ter recebido do esquema. Enquanto o empresário informou ter transferido R\$ 3,5 milhões à corretora, o sócio da empresa, Enivaldo Quadrado, afirmou em depoimento à Polícia Federal que o valor chegou a R\$ 6,5 milhões. Já a assessora de Janene Rosângela de Carvalho teria feito pequenas transferências de dinheiro para Meheidin Jenani, identificado pela CPI como um primo de Janene, e teria ligações com o próprio Quadrado.

Mesmo depois de ter renunciado para escapar do processo de cassação no Conselho de Ética, o ex-líder do PT na Câmara Paulo Rocha pode voltar a ser investigado pela CPI. Da lista gerada pelo sistema I2, faz parte também sua ex-assessora Anita Leocádia. Ela já havia sido identificada como a responsável, juntamente com Charles dos Santos Dias, por retirar da agência do Banco Rural em Brasília cerca de R\$ 920 mil em dinheiro. A novidade é que ela manteve contatos também com a Multi Action, empresa de promoção

de eventos de Valério, que foi responsável, por exemplo, por organizar as festas promovidas pelo empresário em hotéis da capital federal. Procurada pelo GLOBO, Anita não foi encontrada para explicar o motivo de seus contatos com a empresa de promoções de Valério.

Dois depósitos para aposentado

• A CPI dos Correios pretende investigar ainda dois depósitos feitos na conta de um servidor aposentado da Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados. No fim de 2003, Armando Sampaio Lacerda, segundo a CPI, teria recebido dois depósitos no valor de R\$ 73.185 cada. Ele havia se aposentado poucos meses antes, em agosto. Os pagamentos ocorreram no mesmo ano em que a SMP&B se tornou a agência de publicidade da Câmara. A CPI identificou ainda uma série de contatos telefônicos entre

Lacerda e a agência. Procurado pelo GLOBO, Lacerda não retornou a ligação.

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), afirmou que a comissão quer identificar o destino final de cerca de R\$ 20 milhões dos R\$ 55 milhões que passaram pelo valerioduto. Serraglio disse que para isso está sendo feito o novo cruzamento de dados. Ele acredita que os recursos recebidos por parlamentares podem ter sido distribuídos para outros políticos ou outras pessoas ainda não identificados.

— Os líderes renunciaram e protegeram a sequência dos saques. Evidentemente não deixaram rastros. De certo modo, protegeram outros parlamentares. A nosso ver, o âmbito dos beneficiados está nos partidos denunciados — afirmou Serraglio. ■

► NO GLOBO ONLINE:

No especial escândalos, veja a cronologia da crise www.oglobo.com.br/pais



• PAULO ROCHA

A CPI dos Correios encontrou ligações de Anita Leocádia, funcionária do ex-líder do PT na Câmara, com a Multi Action, empresa de eventos de Marcos Valério.

Presidente da Petros reage a Delcídio

• BRASÍLIA. O presidente da Petros, fundo de pensão da Petrobras, e do Instituto Cultural de Seguridade Social (ICSS), Wagner Pinheiro, reagiu às declarações do presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral (PT-MS), que disse ao GLOBO, em entrevista publicada ontem, que operações de fundos de pensão com corretoras dentro da legalidade não são constantes.

— Fiquei assustado com a generalização feita pelo senador — afirmou Pinheiro, que saiu em defesa das fundações como presidente do ICSS, órgão ligado à Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

— Os fundos e as corretoras operam dentro da legalidade. Concordo que existem problemas. Tanto que eles têm sido autuados pela autoridade que fiscaliza, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC). Mas daí quererem transformar esses casos num pretenso esquema de corrupção... Acharmos que isso é equivocado e precipitado — disse Pinheiro.

Ele enviou uma carta à CPI dos Correios, pedindo que seja evitado o vazamento de informações.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 08

Doc: 3524

O PAÍS

A teia do valerioduto

Mais deputados e 400 servidores da Câmara são suspeitos de envolvimento no esquema

Ailton de Freitas/27-10-2005

Adriana Vasconcelos
e Bernardo de la Peña

BRASÍLIA

Além dos 19 deputados citados em seu relatório parcial enviado ao Conselho de Ética, a CPI dos Correios investiga agora a participação de outros parlamentares no esquema de distribuição de dinheiro montado pelo empresário Marcos Valério de Souza e pelo ex-tesoureiro petista Delúbio Soares. A nova frente de investigação toma por base o cruzamento de dados da movimentação financeira das empresas de Valério e de servidores da Câmara. Pelo menos 400 funcionários de carreira ou temporários, contratados pela Câmara nos últimos cinco anos, estão sendo investigados porque há vínculos entre eles e as movimentações financeiras feitas pelo grupo ligado a Valério.

Outros 660 servidores — comissionados ou não — fizeram apenas ligações para empresas ou pessoas ligadas ao valerioduto. A CPI já identificou 40 servidores ou ex-funcionários que fizeram tanto contatos telefônicos como transações bancárias com empresas ou pessoas ligadas a Valério.

Os integrantes da CPI suspeitam que, por trás dos funcionários, existam outros parlamentares que receberam dinheiro ou algum outro tipo de vantagem do esquema de Valério, dono das agências de publicidade DNA Propaganda e SMP&B. A nova lista de servidores investigados é resultado do cruzamento de dados feito pelo programa de computador I2, usado pela CPI. Esse programa cruzou informações da Relação Anual



NOVAS RAMIFICAÇÕES

Roberto Stuckert Filho/24-11-2005



• JOÃO PAULO CUNHA

Quando o petista presidia a Câmara, Armando Lacerda, servidor da Secretaria de Comunicação da Casa, recebeu dois depósitos de R\$ 73 mil.

Roberto Stuckert Filho/12-9-2005



• JOSÉ JANENE

A mulher do líder do PP, Stael Lima, que trabalhou na Câmara de 2001 a 2004, transferiu R\$ 171 mil para a corretora Bônus-Banval.

que, em 2006, o país viverá um crescimento "vigoroso e mais sólido", com a queda consistente dos juros. Em 2004, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 4,9% e a previsão para 2005 é de crescer apenas 2,5%.

— Olha, não prometo, garanto ao povo brasileiro que nós vamos ter um Brasil se desenvolvendo muito mais em 2006, com um crescimento mais vigoroso e mais sólido, porque nós fizemos o que tínhamos que fazer em 2003, 2004 e 2005, ou seja, fizemos alguns sacrifícios para que a gente pudesse controlar a inflação — discursou o petista em

O governo não se abala, afirmou em relação às denúncias

mento "vigoroso" como elogiou a redução da política de juro a que chamou de "consistente" e disse que que o tempo do sacrifício chegou ao fim. O discurso de ontem faz referência ao abalo que o governo sofreu em sua política econômica, que vinha escapando das críticas até o anúncio de que o Produto Interno Bruto (PIB) recuou 1,2% no terceiro trimestre.

Apesar desses revezes, Lula tentou destacar pontos positivos na área econômica. Disse que o pagamento antecipado da dívida ao Fundo Monetário Internacional (FMI), de US\$ 15,5 bilhões, na semana passada, deixou o país "mais

O pagamento antecipado ao Fundo Monetário Internacional, no entanto, não representará mudança significativa na condução da economia. Um dos pontos mais criticados, o superávit primário (economia para o pagamento de juros) deverá permanecer com a mesma meta deste ano — 4,25% do PIB. Mas, segundo Lula, em 2006 o governo pretende investir mais:

— Mais investimentos vai significar mais indústrias, mais empregos, mais salários, mais compra no comércio, mais pedidos nas empresas. E vai significar o desenvolvimento no Brasil, como eu sonho e acho que como todos os brasileiros sonham e acreditam — discursou.

Lula, que não costuma tocar em

mostrando ao povo brasileiro que o governo não se abala, por mais grave que seja a situação — disse.

— Acho que o papel do presidente não é fazer com que a disputa política tome conta do dia-a-dia administrativo, tome conta do desenvolvimento do país — afirmou o presidente referindo-se ao comportamento da posição.

Lula afirmou que a eleição "não deve atrapalhar" o crescimento do país no ano que vem e que "o governo não se abala", vinculando a intensidade das denúncias contra o PT ao processo eleitoral de 2006.

— Nós temos a nosso favor os números do IBGE, nós temos a nosso favor os números da economia, nós

Para o presidente, pagamento ao FMI dá autonomia ao país

mostrando ao povo brasileiro que o governo não se abala, por mais grave que seja a situação — disse.

O programa foi gravado à distância. O presidente Lula estava em sua casa em São Bernardo do Campo, onde passou o Natal com a família. No final, Lula, que em entrevista recente foi questionado se era verdade que ele não gostava de trabalhar, aproveitou para dizer o que fará neste final de ano:

— Estarei em Brasília esta semana inteira, trabalhando para que o Brasil continue sempre caminhando para a frente.

Folhapress

CPIs marcam depoimentos

BRASÍLIA — Com o Congresso vazio, os relatores das CPIs dos Correios e dos Bingos agendaram para esta semana uma lista de depoimentos para fechar detalhes e concluir algumas das linhas de investigação consideradas mais adiantadas.

Técnicos da CPI dos Bingos, em curso no Senado, acompanham hoje o depoimento do presidente da multinacional GTEch, Fernando Antonio de Castro Cardoso, que será tomado pela Polícia Federal a pedido do relator da comissão, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN). Amanhã, a PF também ouvirá José Lindoso Albuquerque Filho, ex-diretor comercial da Caixa Econômica Federal.

Na CPI dos Correios, será ouvido, amanhã, Francisco Marques Carioca, funcionário de uma casa de câmbio que fazia transações para a empresa de aviação Skymaster, prestadora de serviços dos Correios. A Comissão também tomará os depoimentos de Antonio de Paula Braquehais, chefe do Departamento de Negócios e Operações na Internet dos Correios, e de Adauto Tameirão, chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material da estatal.

BRASÍLIA — Mesmo em convocação extraordinária, a agenda do Congresso Nacional esta semana deve ficar concentrada apenas na votação do Orçamento Geral da União de 2006. A partir de hoje, os parlamentares começam a votar, na Comissão Mista de Orçamento, os relatórios setoriais da proposta orçamentária para o ano que vem.

Seis dos dez sub-relatores já concluíram seus pareceres: Justiça e Defesa; Agricultura e Desenvolvimento; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte; Trabalho, Previdência e Assistência Social; Planejamento e Desenvolvimento Urbano; e Poderes do Estado e Representação. Faltam, ainda, os relatórios da Fazenda, Desenvolvimento e Turismo; Infra-Estrutura; Saúde; e Integração Nacional e Meio Ambiente.

Segundo o relator geral do Orçamento, deputado Carlito Merss (PT-SC), a intenção é votar nesta semana o máximo possível de relatórios para, na primeira quinzena de janeiro, concluir a votação dos relatórios setoriais e também do relatório-geral, que precisa ser aprovado pelo Congresso em sessão conjunta da Câmara e do Senado. Assim, o Orçamento deve ser votado depois de 16 de janeiro, mas durante a convocação extraordinária do Congresso.

Alguns pontos ainda precisam ser definidos, como o reajuste do salário mínimo, a correção da tabela do Im-



PAULO Bernardo entregou o Orçamento para Renan Calheiros em setembro

posto de Renda Pessoa Física (IRPF) e o pagamento dos servidores públicos federais.

Merss informou que o novo mínimo deve ficar em pelo menos R\$ 340, podendo chegar a R\$ 350. Para tanto, acrescentou o deputado, seria preciso promover reduzir o orçamento disponível em outros pontos da proposta orçamentária, como o aumento do ressarcimento aos estados pela isenção fiscal em decorrência da Lei Kandir. Em relação ao reajuste da tabela de IRPF, a previsão é que seja corrigida em 10%.

Desde 1999 o Brasil não começava

o ano sem o orçamento aprovado. Com isso, o governo tem sua capacidade de investimento cerceada. Só pode gastar com despesas comprovadamente emergenciais e em projetos já em andamento. Para o custeio da máquina administrativa, só podem ser liberados os chamados duodécimos, equivalentes a um doze avos da previsão de receita. A proposta do governo para o Orçamento de 2003 foi entregue em setembro pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e deixou de ser votada até o início do recesso.

Governo quer dar fim à corrupção

BRASÍLIA — Depois de enfrentar denúncias de compra de votos de parlamentares e caixa dois em campanha e três CPIs no Congresso, o governo federal anunciou ontem que pretende intensificar o trabalho de prevenção da corrupção. Segundo o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, o objetivo é colocar em prática em 2006 o Programa de Acompanhamento de Pessoas Politicamente Expostas.

Em entrevista à Radiobrás, ele afirmou que o ministério irá acompanhar os que ocupam altos cargos no governo e quem trabalha em cargos "estratégicos", como em comissões de licitações.

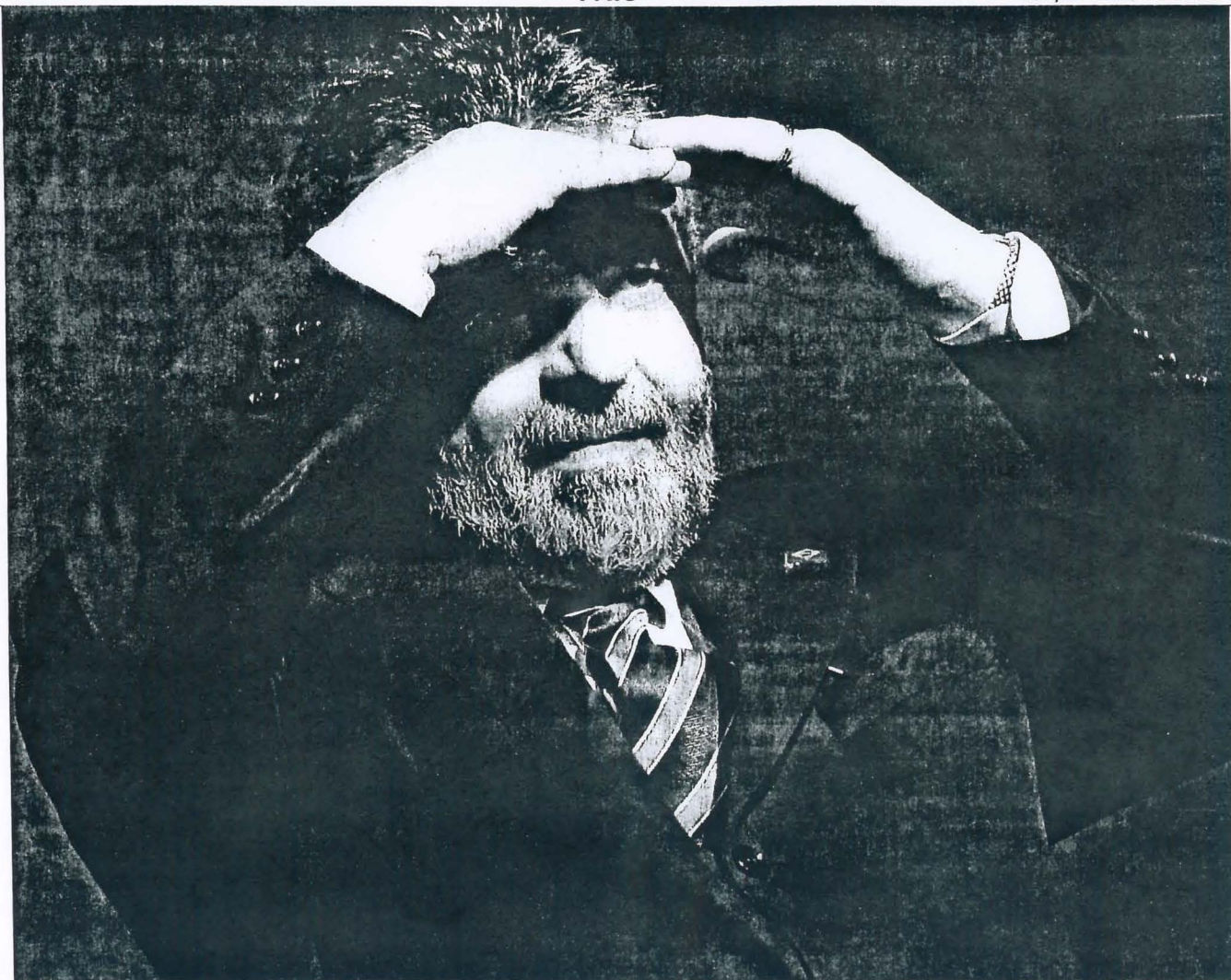
— É uma espécie de vacina contra a corrupção. Muitas vezes, a gente vê casos históricos em órgãos públicos: de compra superfaturada, de corrupção, de enriquecimento ilícito por parte do agente público, o que não pode acontecer — ressaltou Barreto.

No início, será feito um levantamento no Banco Central e no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre pessoas envolvidas na política. Haverá controle também sobre quem trabalha com dinheiro público.

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	09
Doc:	3524

“Garanto
que nós
vamos ter
crescimento
mais
vigoroso e
sólido em
2006”

LULA



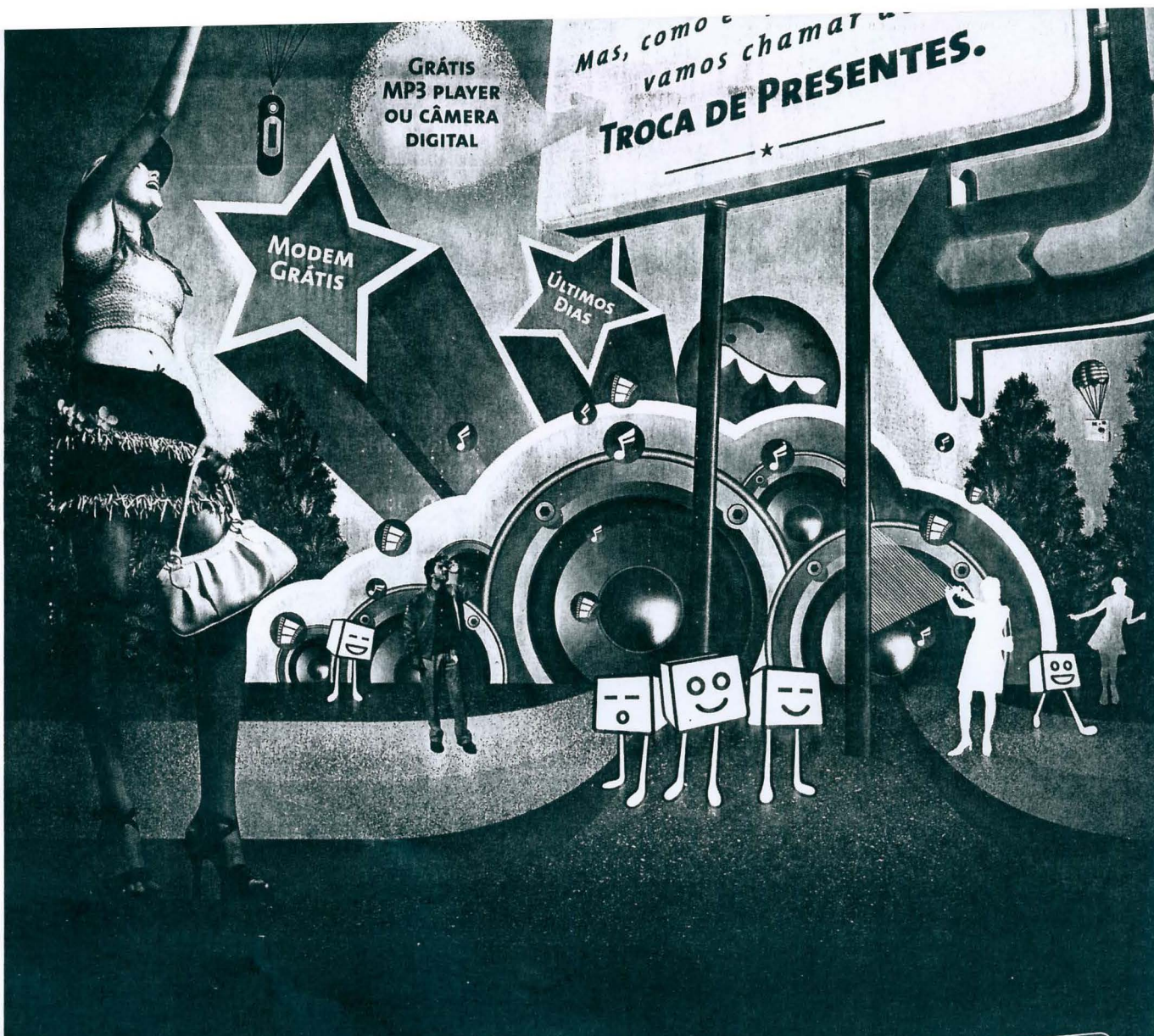
“Começou a redução da política de juros que eu acho consistente. O Brasil está com as contas arrumadas”

LULA

Lula 'garante' crescimento

Em seu último programa “Café com o Presidente”, presidente diz que o governo pretende investir mais em 2006

BRASÍLIA— Diante da frustra-



Assine já:
0800 703 1000

UOL
O MELHOR CONTEÚDO



Promoção válida até 31/12/2005 na compra de todas as versões Speedy, exceto Speedy Fit. O tipo de brinde está relacionado à versão adquirida do Speedy e é restrito a 1 brinde por Speedy. Modem grátis na condição comodato e com a assinatura de um dos provedores de banda larga participantes da promoção. Speedy sujeito a disponibilidade técnica. Consulte regulamento e mais informações no site www.speedy.com.br

Jazz Comunicação e Propaganda Ltda. sem cobertura contratual.

Segundo denúncia anônima encaminhada ao procurador-geral de Justiça de SP, Rodrigo César Rebello Pinho, as agências sacariam dinheiro adiantado da verba de publicidade do Estado. O valor das contas era de R\$ 28 milhões.

Ainda segundo a denúncia, deputados alinhados a Alckmin seriam beneficiados por meio de anúncios da Nossa Caixa em revistas e emissoras de rádios e de TV ligadas a eles.

Nossa Caixa

Em comunicado oficial enviado ontem à **Folha**, o presidente da Nossa Caixa, Carlos Eduardo Monteiro, informou que, em junho deste ano, ao ser informado de que o contrato com as agências estava vencido desde setembro de 2003, determinou imediata abertura de uma sindicância interna para apurar a irregularidade e de procedimento licitatório para a contratação de agências.

Segundo a nota, a sindicância já apurou que não houve pagamento às agências sem efetiva prestação de serviços; os preços pagos foram compatíveis com o mercado ou menores; e não há indícios de favorecimento a parlamentar.

Ontem, o governador repetiu três vezes que foi a própria direção da Nossa Caixa que comunicou ao TCE (Tribunal de Contas do Estado) que os contratos de publicidade estavam vencidos.

"A Nossa Caixa, que é uma empresa pública, tinha um contrato de publicidade que venceu. Prorrogou esse contrato por um período. Quando o presidente da Nossa Caixa percebeu que não tinha mais a cobertura do contrato, ele imediatamente cancelou, abriu nova licitação. Ele comunicou o Tribunal de Contas e abriu sindicância", disse Alckmin, que afirmou que os contratos de publicidade da Nossa Caixa não são acompanhados pela Secretaria de Comunicação do Estado.

O líder do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado Renato Simões, irá pedir ao TCE a instalação de uma auditoria especial para investigar contratos irregulares da Nossa Caixa com agências de publicidade.

Alckmin, que já declarou que é pré-candidato à Presidência da República, esteve ontem em Praia Grande, na Baixada Santista (SP), para inaugurar a base aérea da Polícia Militar e lançar a Operação Verão, que deve reforçar o policiamento no litoral paulista.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls: 10

Doc: 3524

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/CPI DOS CORREIOS

Comissão analisa lista com nomes de funcionários da Câmara que podem ter atuado como intermediários de repasses de Marcos Valério

Relator liga mulher de Janene a 'valerioduto'

SILVIO NAVARRO

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A CPI dos Correios analisa uma nova lista com nomes de funcionários da Câmara que podem ter atuado como intermediários dos repasses das contas do publicitário Marcos Valério de Souza, entre eles Stael Fernanda Rodrigues Janene, mulher do líder do PP na Casa, deputado José Janene (PR), apontado como um dos beneficiários do "mensalão".

O novo rastreamento visa identificar beneficiários de cerca de R\$ 20 milhões dos R\$ 55,8 mi-

lhões movimentados pelo "valerioduto", esquema operado pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e por Valério para repassar recursos a partidos da base aliada.

Segundo o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), a CPI deverá chegar a um novo diagrama de beneficiários ligados a parlamentares ou partidos.

Desde o início da crise, quatro deputados acusados de participar do esquema renunciaram para evitar a cassação: José Borba (PMDB-PR), Valdemar Costa Neto (PL-SP), Carlos Rodrigues (PL-RJ) e Paulo Rocha (PT-PA).

O nome da mulher de Janene aparece no cruzamento de dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), espécie de censo do Ministério do Trabalho, que listou funcionários ou ex-funcionários da Câmara, com recebimentos de repasses de Valério. O valor total e a natureza da movimentação permanecem sob sigilo.

Stael Janene trabalhou até agosto de 2003 como funcionária do gabinete do ex-líder do PMDB José Borba. À época, houve um acordo entre Janene e Borba para que um contratasse a mulher do outro em seu gabinete. O acordo

acabou no dia 1º de setembro de 2003, quando a mulher de Borba foi transferida para o gabinete do deputado e a mulher de Janene para o gabinete de seu marido.

Acusado de receber R\$ 1,1 milhão de Valério, Borba renunciou ao mandato no dia 17 de outubro.

Na sequência, Stael Janene, que integra o Diretório Nacional do PP, passou a trabalhar no escritório do marido em Londrina.

Janene foi citado pelo ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) como um dos principais beneficiários do "mensalão". Ele enfrenta processo de cassação no Conse-

lho de Ética, mas está há mais de um mês de licença médica para tratar um problema cardíaco.

A CPI aponta que Janene teria sido o destinatário de cerca de R\$ 3 milhões remetidos por Valério ao PP por meio da corretora Bônus-Banval.

A Folha não conseguiu falar ontem com Janene.

Depoimentos

Hoje, técnicos da CPI dos Bins acompanharão o depoimento do presidente da GTECH, Fernando Antonio de Castro Cardoso, que será tomado pela Polícia Fe-

deral a pedido do relator da comissão, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN). Amanhã, a PF ouvirá José Lindoso Albuquerque Filho, ex-diretor comercial da CEF (Caixa Econômica Federal).

A CPI dos Correios ouvirá amanhã Francisco Marques Carioca, funcionário da casa de câmbio que fazia transações para a empresa de aviação Skymaster, prestadora de serviços dos Correios; Antonio de Paula Braquehais, funcionário dos Correios; e Adauto Tameirão, chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material da estatal.

SÃO PAULO

Alckmin nega irregularidades na Nossa Caixa

SÍLVIA FREIRE

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PRAIA GRANDE

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse ontem que não tem "procedência" a acusação de que a Nossa Caixa favoreceu deputados estaduais de sua base de apoio com veiculação de publicidade do banco.

"Não tem nenhuma procedência essa história de [benefício a] deputados. A Nossa Caixa já prestou os esclarecimentos devidos", disse o governador.

A Folha publicou ontem que o Ministério Público de São Paulo vai investigar supostas irregularidades nos contratos publicitários da Nossa Caixa.

Durante um ano e nove meses, o banco operou com as agências



Quarta é dia de colheita.

Para anunciar, ligue: (11) 3856-2052

Para assinar, ligue:
Grande São Paulo: 3858-9000
Demais localidades: 0800 14 9000
www.assinante.estadao.com.br

**Toda
quarta**

ESTADÃO
É muito mais vida
num jornal.

O ESTADO DE S. PAULO | QUARTA-FEIRA
22 DE OUTUBRO DE 2005 | NÚMERO 8.161

AGRÍCOLA

Empresário quer
faturar R\$ 2 milhões
com a venda de...
Multinacional cobra
uma royalties...



CPI: mulher de Janene está na lista de Valério

Relator diz que Stael recebeu dinheiro para o deputado

CELSO JUNIOR/AE-25/7/2005

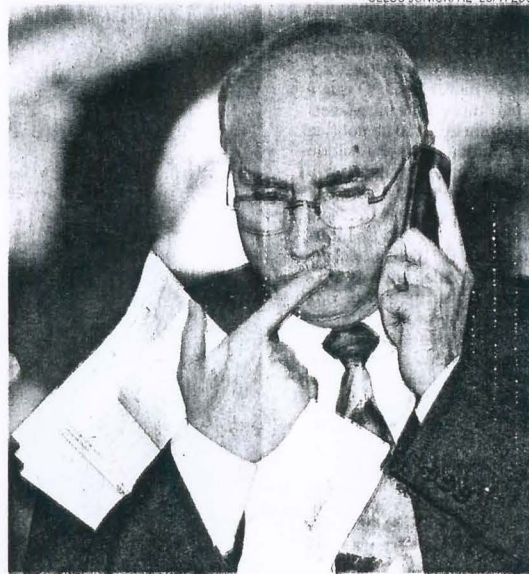
BRASÍLIA

O cruzamento que a CPI dos Correios faz entre funcionários da Câmara e pessoas que estão na movimentação financeira do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza chegou à mulher do líder do PP na Câmara, José Janene (PR), Stael Fernanda Rodrigues Lima Janene. Os técnicos ainda estão fechando o valor total dos repasses, mas os parlamentares da CPI dizem que Stael é um dos novos nomes de beneficiários do valerioduto que começam a surgir desde que a CPI recebeu a lista de todos os contratados da Câmara nos últimos cinco anos.

Os nomes estão sendo comparados com pessoas que aparecem na quebra de sigilo bancário de Marcos Valério e suas empresas, principalmente no Banco Rural.

Segundo o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), os assessores, sejam parentes ou não dos deputados, eram usados para receber dinheiro do valerioduto sem envolver diretamente os parlamentares. O cruzamento dos assessores com os beneficiários do valerioduto tenta buscar os parlamentares que seriam o destino final do dinheiro entregue a líderes e presidentes de partidos. Com isso, Serraglio espera avançar nas provas da existência do mensalão.

Segundo Valério, Janene recebeu R\$ 4,1 milhões da caixa 2, entregues ao assessor João Cláudio Genu. Este valor vai subir, quando os técnicos descobrirem quanto foi transferido para Stael. Janene responde a processo de cassação no Conselho de Ética, mas está afastado da Câmara por problemas de saúde. O deputado diz que o va-



LIGAÇÕES - Serraglio: secretária de Janene também é alvo da CPI

lor recebido é menor e foi usado para pagar advogados de defesa do deputado Ronivon Santiago (AC), que acabou perdendo o mandato ontem até o fechamento desta edição.

O PL recebeu do valerioduto R\$ 10 milhões, entregues ao presidente do partido, ex-deputado Waldemar Costa Neto. No caso do PMDB, foi o então líder José Borba (que renunciou ao mandato) quem recebeu R\$ 1,9 milhão. Segundo Serraglio, do total de R\$ 55,4 milhões que o empresário diz ter repassado ilegalmente a políticos e às campanhas do PT e de aliados, falta descobrir os beneficiários finais de R\$ 20 milhões. Os beneficiários diretos foram, entre outros, Duda Mendonça, marqueteiro da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, que recebeu R\$ 10,5 milhões da caixa 2 de Valério em uma conta nas Baha-

mas. Não houve declaração do pagamento nem à Justiça Eleitoral nem à Receita Federal.

"A nosso ver, os beneficiados estão nos partidos denunciados. Com os líderes renunciando, eles de certa forma protegem outros parlamentares. E os parlamentares não deixaram rastros", disse o relator.

Os técnicos rastreiam também a ligação de uma secretária de Janene, Rosa Alice Valente, com as contas de Valério. A CPI já sabia que ela recebeu R\$ 154 mil da corretora Bônus Banval, responsável por repasses ao PP no esquema de caixa 2. A CPI investiga se a secretária recebeu dinheiro diretamente de Valério, por uma de suas agências de publicidade. ● L.N.L.

DORA KRAMER

A colunista está em férias. ●

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fis: 11

Doc: 3524

CONGRESSO

Heloísa sugere quebrar sigilo de 11 deputados

Além dos parlamentares investigados pelo Conselho de Ética, ela vai incluir assessores que fizeram saques

Luciana Nunes Leal
BRASÍLIA

Integrante da CPI dos Correios, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) vai apresentar requerimento para quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal de vários parlamentares que ela chama de "beneficiários iniciais" do mensalão. Entre eles estão os 11 deputados investigados no Conselho de Ética da Câmara. Na lista da senadora, entrarão também assessores da Câmara que receberam, em nome dos deputados, dinheiro do esquema de caixa 2 montado pelo empresário Marcos Valério Fernandes de Souza.

A lista de assessores-sacadores vai crescer porque, desde a semana passada, a CPI está cruzando os nomes de todos os contratados pela Câmara nos últimos cinco anos com os sacadores das contas de Valério sobre os quais não se tinha informação. Os nomes apareceram principalmente nas quebras de sigilo que mostram entradas e saídas de dinheiro das contas de Marcos Valério no Banco Rural. Alguns parlamentares têm expectativa de chegar a novos nomes de deputados que ainda não apareceram como beneficiários do valerioduto.

As reuniões deliberativas da CPI serão retomadas na primei-

INVESTIGADOS

Os 11 parlamentares que estão na mira da senadora Heloísa Helena

DEPUTADO	PARTIDO/ ESTADO
José Janene	PP-PR
Pedro Henry	PP-MT
Josias Gomes	PT-BA
João Paulo Cunha	PT-SP
Pedro Corrêa	PP-PE
Professor Luizinho	PT-SP
Roberto Brant	PFL-MG
Vadão Gomes	PP-SP
José Mentor	PT-SP
Wandervall Santos	PL-SP
João Magno	PT-MG

ARTESTADO

ra semana de janeiro, quando Heloísa Helena apresentará o requerimento. "O Conselho de Ética não tem poder para quebrar sigilos. Mas o povo precisa saber quem são todos os parlamentares e não parlamentares que receberam dinheiro do mensalão. Este era o trabalho da CPI do Mensalão, que foi paralisada. A CPI dos Correios tem que assumir essa prerrogativa", sustenta Heloísa Helena.

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), disse que a quebra dos sigilos de todos os beneficiários do mensalão "já deveria ter acontecido", mas agora teme que atrapalhe mais do que auxilie o Conselho de Ética. "Qualquer novidade que sur-

Dois são afastados do fundo Centrus por má gestão

--- A Secretaria de Previdência Complementar inabilitou por quatro anos Pedro Alvim Júnior e Ricardo Monteiro de Castro e Melo, presidente e diretor da Centrus (fundo de pensão dos funcionários do BC), por má gestão. Em 1999 operações, de outubro de 1997 e dezembro de 1998, teria havido perda de R\$ 36 milhões. ●

ja da quebra de sigilo pode dar um reverterio nos processos do conselho, o deputado investigado poderia ir à Justiça, dizer que foi prejudicado. Tenho medo de dar chance para que isso aconteça", argumentou Serraglio.

Amanhã, a Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios ouvirá Francisco Marques Carioca, funcionário de uma casa de câmbio em Manaus, e dois funcionários dos Correios: o chefe do Departamento de Negócios e Operações na Internet, Antônio de Paula Braquehais, e o chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material, Adauto Tameirão Machado. ●



APURAÇÃO - Heloísa: "CPI tem que assumir essa prerrogativa"

Governo manda rebater todas acusações da CPI

BRASÍLIA

O Planalto está orientando seus aliados no Congresso a estudarem o último relatório parcial da CPI dos Correios e rebaterem as acusações. "A CPI está altamente politizada, vamos disputar na política", disse o ministro da Secretaria de Assuntos Institucionais, Jaques Wagner. "Não vamos ficar nos imolando por causa de coisas não comprovadas", completou ele, ao reclamar do que está sendo chamado de "relatório preliminar", apresentado depois de 7 meses de trabalho, "cheio de suposições".

"Vamos brigar contra a suposição de culpa que não foi comprovada", declarou o ministro. "Se não houver comprovação

vamos trabalhar para que esses dados não entrem no relatório final." Algumas contestações já começaram a ser feitas, com nota distribuída pelo Banco do Brasil e a Visanet, sobre repasse de recursos para parlamentares.

Nesta estratégia do governo e lideranças no Congresso, os parlamentares devem ressaltar que "as afirmações lançadas pontualmente na apresentação do relatório estão sendo tratadas como conclusões embasadas, o que não é verdade". Um dos pontos a serem rebatidos é a CPI selecionar "preferencialmente" tópicos que apontam irregularidades a partir de 2002 e a apresentação

Na Câmara, 23 abrem mão de salário extra de R\$ 25 mil

BRASÍLIA

Vinte e três dos 513 deputados abriram mão de receber a remuneração que será paga a cada parlamentar, no valor de R\$ 25,6 mil para cada um, por conta da convocação extraordinária do Congresso. Os 23 solicitaram à Mesa Diretora que não fizesse o depósito do salário extra em suas contas bancárias ou deram nomes de instituições de caridade para onde a importância deve ser enviada.

A lista mostra que o PT perdeu mesmo o monopólio da ética na política: os 10 petistas que abriram mão dos extras foram acompanhados por 6 deputados do PTB, 2 do PSDB e do PSOL, e 1 de PV, PPS e PL. O período da convocação extraordinária do Congresso começou no dia 15 de dezembro, mas só a partir de 16 de janeiro haverá controle de presença.

Esta é a relação dos parlamentares que pediram para não receber pagamento extra: Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), Armando Monteiro Neto (PTB-PE), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Chico Alencar (PSOL-RJ), Doutor Rosinha (PT-PR), Fernando Gabeira (PV-RJ), Gustavo Fruct (PSDB-PR), Henrique Fontana (PT-RS), Iris Simões (PTB-PR), José Chaves (PTB-PE), José Múcio Monteiro (PTB-PE), Lincoln Portela (PL-MG), Luciano Zica (PT-SP), Luiz Antônio Fleury (PTB-SP), Maurício Rands (PT-PE), Mauro Passos (PT-SC), Nelson Proença (PPS-RS), Orlando Desconsi (PT-RS), Orlando Fantazzini (PSOL-SP), Pedro Rubem Santiago (PT-PE), Tarcísio Zimmermann (PT-RS)

catracas e sensores eletrônicos, das áreas comuns do Planalto e demais setores que integram a Presidência da República. Parte da estrutura, no entanto, está em funcionamento na Granja do Torto, e palácios da Alvorada e Jaburu, onde mora o vice-presidente José Alencar. O novo sistema custará R\$ 3,342 milhões.

de US\$ 15,5 bilhões referentes ao empréstimo contratado com o FMI proporcionou uma economia ao país de cerca de US\$ 900 milhões, segundo os cálculos do Ministério da Fazenda. O cronograma original do empréstimo previa o pagamento das parcelas até dezembro de 2007. "Estamos tomando as nossas decisões sem a ingerência do Fundo ou de qualquer outro organismo multilateral", afirmou.

DA REDAÇÃO

Mesmo em regime de convocação extraordinária, a agenda do Congresso Nacional esta semana deve ficar concentrada apenas na votação do Orçamento Geral da União de 2006. A partir de hoje, os parlamentares começam a votar, na Comissão Mista de Orçamento, os relatórios

concluíram seus pareceres: Justiça e Defesa; Agricultura e Desenvolvimento; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte; Trabalho, Previdência e Assistência Social; Planejamento e Desenvolvimento Urbano; e Poderes do Estado e Representação. Faltam, ainda, os relatórios de Fazenda, Desenvolvimento e Turismo; Infra-Estrutura; Saúde; e Integração Nacional e Meio Ambiente.

Segundo o relator geral do

relatório para, na primeira quinzena de janeiro, concluir a votação dos relatórios setoriais e também do relatório-geral, que precisa ser aprovado pelo Congresso, em sessão conjunta da Câmara e do Senado. Assim, o orçamento deve ser votado depois de 16 de janeiro, ainda durante a convocação extraordinária.

Alguns pontos ainda precisam ser definidos, como o reajuste do salário mínimo, a cor-

relação com os planos públicos federais. Merss informou que o novo mínimo deve ficar em pelo menos R\$ 340, podendo chegar a R\$ 350. Para tanto, acrescentou o deputado, seria preciso promover ajustes em outros pontos da proposta orçamentária, como o aumento do ressarcimento aos estados pela isenção fiscal em decorrência da Lei Kandir. Em relação ao reajuste da tabela de IRPF, a previsão é que ela seja corrigida em 10%.

Polícia ouve presidente da Gtech

MARCELO ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

A pedido da CPI dos Bingos, a Polícia Federal ouvirá o presidente da Gtech no Brasil, Fernando de Castro Cardoso. Dois aspectos ainda não esclarecidos pela investigação que apura irregularidades na renovação de contrato entre a multinacional e Caixa Econômica Federal para a administração de loterias devem dominar o interrogatório, marcado para hoje. O principal será detalhar a participação no negócio de Rogério Buratti, ex-assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na prefeitura de Ribeirão Preto (SP). Buratti é acusado de tentativa de extorsão contra a empresa.

A acusação foi feita na própria CPI pelos ex-presidente e ex-diretor de marketing da Gtech do Brasil, Antonio Carlos Lino da Rocha e Marcelo Rovai. Segundo os dois, Buratti, a mando do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, teria exigido propina de R\$ 6 milhões para que a empresa renovasse o contrato de R\$ 650 milhões com a Caixa em abril de 2003. Mas esse argumento não convenceu os integrantes da CPI.

Em recente entrevista, o atual presidente da Gtech declarou que Buratti agiu como o "grande intermediador" da polêmica renovação. Em razão disso, o relator da CPI, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), decidiu pedir à PF a realização do depoimento. "Não acredito que surgirão grandes teses no interro-

Daniel Ferreira/CB/29.11.05



SENADOR GARIBALDI ALVES, RELATOR DA CPI DOS BINGOS: PODE SURTIR UMA PEÇA PARA FECHAR A INVESTIGAÇÃO

gatório, mas pode surgir uma peça que falta para fechar a investigação", disse Garibaldi.

Outro fato a ser questionado durante o depoimento de Cardoso será o depósito de R\$ 5 milhões feito pela Gtech em benefício da MM Consultoria, empresa contratada pela multinacional para defender seu direito de participar da licitação da Caixa para a exploração das loterias

no país. A MM pertence ao advogado Walter Santos Neto. O dinheiro, segundo o advogado, foi pago a título de honorários advocatícios por nove meses de serviço. A CPI investiga a denúncia de que estes recursos foram pagos como propina para que ele fosse um dos intermediadores do contrato.

Além do presidente da Gtech, o ex-diretor comercial da

Caixa José Lindoso Albuquerque Filho também será ouvido pela Polícia Federal. O interrogatório dele está previsto para amanhã. As duas audiências serão acompanhadas por assessores da CPI dos Bingos.

Relatório

Criada para investigar a máfia dos jogos de azar no Brasil, a CPI dos Bingos abriu outras

frentes de apuração, como a que tenta desvendar o assassinato do prefeito de Santo André Celso Daniel, atribuída a esquema de arrecadação de propina para o PT em municípios paulistas. O caso Gtech é a linha de investigação mais avançada. A intenção do relator Garibaldi Alves era divulgar relatório parcial sobre o caso antes do final do ano, mas foi convencido a adiar para 2006 — ano eleitoral. Deve fazê-lo na volta dos trabalhos da comissão, a partir do dia 16 de janeiro.

No parecer, Garibaldi concluirá que houve irregularidades e pagamento de propina na prorrogação do contrato da Caixa com a empresa para a gestão dos sistema de loterias federais. Também pretende propor o indiciamento de Waldomiro Diniz e de Rogério Buratti. Três outras pessoas ligadas a Palocci devem constar do relatório: Ralf Barquete, que foi assessor de recursos humanos da Caixa e secretário de Fazenda na prefeitura de Ribeirão Preto; Vladimir Poletto, também ex-assessor na prefeitura paulista; e Ademirson Ariovaldo da Silva, que atualmente trabalha com o ministro.

Ademirson não convenceu os senadores no seu depoimento e mesmo confrontado com 262 telefonemas trocados com Buratti, Barquete e Poletto, em dias importantes para a ampliação do contrato por mais 25 meses, disse que só ouviu falar da Gtech pelas denúncias publicadas por meio da imprensa.

Mais uma na lista de saques

O cruzamento de dados que a CPI dos Correios faz entre funcionários da Câmara dos Deputados e pessoas incluídas na movimentação financeira do empresário Marcos Valério chegou a Stael Fernanda Rodrigues Lima Janene, mulher do líder do PP na Câmara, José Janene (PR). Os técnicos ainda estão fechando o valor total dos repasses, mas os parlamentares da CPI dizem que Stael é um dos novos nomes de beneficiários do esquema do mensalão que começam a surgir desde que a CPI recebeu a lista dos contratados da Câmara nos últimos cinco anos. Segundo Valério, Janene teria recebido R\$ 4,1 milhões da caixa 2, entregues ao assessor João Cláudio Genu.

Segundo o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), os assessores, sejam parentes ou não dos deputados, eram usados para receber dinheiro do esquema sem envolver diretamente os parlamentares. O cruzamento dos assessores com os beneficiários do valorioduto tenta buscar os parlamentares que seriam o destino final do dinheiro entregue a líderes e presidentes de partidos. Com isso, Serraglio espera avançar nas provas da existência do mensalão, um pagamento regular a deputados da base aliada em troca de apoio. Janene está de licença médica.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS

Fls.: 12

Doc: 3524

CRISE ÉTICA

Lula usa programa de rádio para dizer que o desenvolvimento do país será maior em 2006. Ele acredita na persistente queda das taxas de juros, aliada a novos investimentos, para criar emprego e gerar renda

PROMESSA DE CRESCIMENTO

DA REDAÇÃO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu ontem, durante o programa semanal de rádio *Café com o presidente*, o último deste ano, que o Brasil se desenvolverá mais em 2006, sendo o crescimento mais vigoroso e sólido. Segundo Lula, isso se justifica pelo trabalho realizado nos três anos do seu mandato. "Não prometo, eu garanto ao povo brasileiro que vamos ter um Brasil se desenvolvendo muito mais em 2006", disse. O presidente salientou que seu governo vai trabalhar para consolidar o que está feito, porque, segundo ele, "tudo está feito para a economia brasileira crescer".

Lula destacou que a redução da taxa de juros vai permitir mais investimentos em 2006, criando mais indústrias e oferecendo mais emprego. "Mais investi-

mentos vão significar mais salário, mais compra no comércio, mais pedido nas empresas e o desenvolvimento do Brasil como eu sonho e todos os brasileiros sonham." Para ele, a redução da taxa de juros é consistente. "Fizemos algum sacrifício para que a gente pudesse controlar a inflação. Agora, começou uma política de redução da taxa de juros que acho consistente, inclusive com a boa novidade do Conselho Monetário Nacional da redução da taxa de juros de longo prazo do BNDES de 9,75% para 9%", observou.

Em uma análise sobre a disputa política do próximo ano, Lula disse que o papel do presidente é não deixar que a eleição tome conta do dia-a-dia administrativo, do desenvolvimento do país. "As eleições não podem atrapalhar, não devem atrapalhar o crescimento. Temos a nosso favor os números do IBGE, da economia, os três anos de experiência e tranquilidade mostrando ao povo brasileiro que o governo não se abala por mais grave que seja a situação. Afinal de contas, é assim que deve proceder um governo!", afirmou.

O presidente considera também que o país está ficando mais "independente, mais senhor do seu nariz", com crescente credibilidade internacional. Lula disse que as contas do país estão arrumadas e que pagar o empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI) mostrou que o Brasil

Cadu Gomes/CB/22.12.05

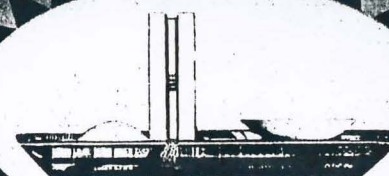


PRESIDENTE DA REPÚBLICA VÊ UM BRASIL MAIS "INDEPENDENTE, MAIS SENHOR DE SEU NARIZ" E GARANTE PARA 2006 NOVA FASE DE EXPANSÃO DA ECONOMIA

SEGURANÇA

Começaram a ser instalados no Palácio do Planalto os primeiros equipamentos do chamado módulo de controle e acesso de funcionários e visitantes. O sistema, que estará em funcionamento até o fim do primeiro semestre de 2006, será integrado a outro que ainda não começou a

*O poder. As paixões.
As intrigas. As aventuras.
Estes poderiam ser elementos
de qualquer história,
a não ser por um detalhe:
o personagem principal é um
Presidente da República.*



Minissérie JK. Uma história que entrou para a História. ESTRÉIA 3 DE JANEIRO.



Em breve,
trilha nas lojas.



www.5000.com.br

A gente se vê por aqui.

RQS nº 03/2005 - CN.
CPMI - CORREIOS

Fls: 13

Doc: 3524

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/A HORA DAS CONCLUSÕES

Ministra da Casa Civil diz que há "a confissão de que houve empréstimos" para pagar dívidas de campanha, mas não corrupção no governo

Para Dilma, CPI não prova o 'mensalão'

Sérgio Lima - 21.dez.2005/Folha Imagem



A ministra Dilma Rousseff, que disse não haver prova do 'mensalão'

PEDRO DIAS LEITE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, rebateu ontem o relatório da CPI dos Correios ao afirmar que a comissão até agora não teria obtido nenhuma prova da existência do "mensalão". "Não há nenhuma prova que saiu da CPI que confirme o 'mensalão'."

Segundo a ministra, "o que há é a confissão de que houve empréstimos e esses empréstimos foram feitos de forma a pagar dívidas de campanha. Isso está profusamente até confessado. Daí a querer acusar o governo de práticas de corrupção vai uma distância imensa. Nós repudiamos essas acusações sem provas, que muitas vezes têm ocorrido", disse.

Ao criticar o relatório da CPI, Dilma afirmou que até na ditadura os julgamentos políticos tinham uma base jurídica e que não pode ocorrer agora um retrocesso. "Pode ter julgamento político. Não pode ter julgamento político que não esteja fundado em princípios jurídicos. E eu quero dizer isso com muita tranquilidade, porque eu fui objeto de um julgamento político baseado numa legislação durante a ditadura."

Dilma era do grupo VAR-Palmares durante a ditadura. Chegou a fazer um curto treinamento com armas fora do Brasil, foi presa em janeiro de 1970, torturada e interrogada várias vezes. "Até na ditadura se respeitaram práticas de inquérito, práticas de julgamento. Não há justificativa para que a gente não mantenha esse respeito", afirmou ontem.

No quarto andar do Palácio do Planalto, Dilma afirmou que "o julgamento pode ser político, mas tem de ser fundado nas leis que o país estabeleceu". "Eu quero dizer isso, nem na ditadura, porque na ditadura a gente era julgado pela Lei de Segurança Nacional."

O argumento da ministra lembra o de seu antecessor, José Dirceu, que recorreu várias vezes ao Supremo Tribunal Federal para reclamar que o Congresso não estava cumprindo a lei em seu processo de cassação.

Dilma deixou claro que o Palácio do Planalto não vai deixar acusação sem contestação. "O governo não vai sistematicamente disputar todas as denúncias infundadas que sobre ele recaiam."

Depois de seis meses profundamente afetado pela crise política, nas últimas semanas o governo começa a sair da defensiva para exibir suas conquistas. O próprio

presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu aos seus ministros e ao PT em reuniões que "se apropriem" das realizações e façam uma defesa do governo.

Congresso

A ministra reclamou do Congresso, por não ter votado o Orçamento de 2006 neste ano. "Isso cria uma situação ruim para o país", disse, ressaltando que preferia "não qualificar o atraso como boa ou má vontade".

"Lamento que a votação tenha sido passada para janeiro. Diminui a eficácia da ação porque 2006 é um ano que tem uma limitação pelo processo eleitoral até junho. E, sendo ano eleitoral ou não, o governo tem de trabalhar e prover todos os serviços fundamentais, é importantíssimo que o Orçamento seja aprovado", concluiu.

MÍDIA Empresa recorre de decisão que restringiu divulgação de informações sobre caso Kroll

Folha pede liminar contra censura

FREDERICO VASCONCELOS

DA REPORTAGEM LOCAL

A Empresa Folha da Manhã, que edita a Folha, impetrou mandado de segurança com pedido de liminar no Tribunal Regional Federal, em São Paulo, requerendo a imediata restituição do direito de veicular qualquer informação sobre o processo criminal que envolve o banqueiro Daniel Dantas, as empresas Kroll, Brasil Telecom, Telecom Itália e figuras do primeiro escalão do governo Lula. Distribuído ao desembargador André Custódio Nekatschalow, o pedido considera a medida deter-

nal, "uma absurda e ilegal violação ao direito de informação".

O juiz Ferreira da Rocha ordenou a retirada da internet de determinadas páginas que contivessem informações sobre o caso Kroll — atos de espionagem realizados pela empresa, supostamente a pedido de Daniel Dantas.

No mandado, a Folha define como "inadmissível" a decisão da juíza substituta, Margarette Sacristan, que, ao restringir a censura inicial, proibiu a divulgação de interceptações telefônicas e telemáticas e documentos bancários e fiscais dos denunciados.

"A retirada da internet de maté-

'reescrever' a História. É completamente descabida e soa próxima do totalitarismo", afirma a advogada Tais Gasparian, no pedido. Para ela, trata-se de "uma tentativa de manipulação de fatos do passado" e "uma decisão que impede a divulgação futura".

Quando a medida foi divulgada, a Associação Nacional dos Jornais protestou, por entender que "a determinação fere o dispositivo constitucional que assegura a liberdade de imprensa e o direito de a sociedade ser informada".

Sigilo

Ao invés de...

sividade pela Folha, em julho de 2004. O mandado observa que os jornalistas não violaram o sigilo do processo, pois divulgaram informações obtidas de suas fontes.

Segundo o pedido, a responsabilização penal determinada na decisão da juíza substituta "viola frontal e diretamente a liberdade de imprensa, de comunicação e a garantia ao sigilo de fonte".

O mandado afirma que a imprensa não pode conferir o conteúdo dos processos e tampouco lhe compete guardá-lo. "A guarda do segredo de justiça não cabe à imprensa, mas à autoridade poli-

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

PROCESSO N.º 21.320/05 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 11/05 - OBJETO: Locação de máquinas motoniveladoras, retro escavadeira, pá carregadeira, escavadeira hidráulica, caminhão pipa, caminhão basculante tipo toco e tipo traseiro, rolo compactador, trator de esteiras, carreta prancha, caminhão muncie e roçadeira hidráulica, com prestação de serviços de operadores e motoristas, para uso nos serviços da Secretaria de Infra Estrutura, por um período de 12 (doze) meses, através de Registro de Preços. Tomamos público, que acordo com a Ata n.º 287/05, a Comissão Permanente de Licitação, decidiu em esclarecer dúvidas de empresas interessadas a presente licitação, e re-afirmar o edital. Notificamos aos interessados que a ata, encontra-se disponível no site: www.atibaia.sp.gov.br. DEMAIS INFORMAÇÕES: No Departamento de Suprimentos, Rua Bruno Sargiani n.º 100 Parque Jerônimo de Camargo - Fone: (11) 4413-6282. Secretaria de Administração - Atibaia/SP, 23 de dezembro de 2.005 - Pedro Ambrosio Netto - Secretário de Administração; José Roberto de Goy - Diretor do Departamento de Suprimentos.

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE PROTEÇÃO SOCIAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

AVISO PÚBLICO

A Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará informa a todas as entidades sem fins lucrativos que pretendam se qualificar como Organizações Sociais de Saúde, que em breve estará realizando Convocação Pública para seleção de Organização Social que deverá operacionalizar a gestão do Hospital Regional do Sudeste do Pará, sediado na cidade de Marabá, cuja previsão para inauguração é março de 2006. Alertamos que a entidade interessada em celebrar o contrato de gestão com a finalidade acima definida deverá estar qualificada junto ao Estado do Pará como Organização Social, até a data da assinatura do referido contrato, atendendo rigorosamente a Lei Estadual n.º 5.890/96 e Decreto n.º 3.876/00 e suas alterações posteriores.

Belém, 22 de dezembro de 2005.

para interferências indevidas nas campanhas de partidos adversários do governo. Para Bornhausen, já existe fiscalização sobre os partidos por parte do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

“Qualquer interferência externa significa ato servil de organismo público para atender interesses do presidente e do seu ministro”, diz Bornhausen. O senador aconselha o “ministro da Justiça a investigar e prender os corruptos e corruptores que enlamearam o governo Lula”. “É isso que a sociedade espera de um advogado brilhante que deve, no presente, honrar seu passado.” ●

TERRAS

Rainha cria federação à revelia do MST

José Maria Tomazela
SOROCABA

O líder dos sem-terra José Rainha Júnior está criando a Federação das Associações de Assentamentos, Acampamentos e Agricultores Familiares do Oeste Paulista, entidade similar à Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), braço jurídico do Movimento dos Sem-Terra (MST) que foi objeto de investigação pela CPI da Terra.

A nova entidade, com sede em Mirante do Paranapanema, no Pontal do Paranapanema, extremo oeste de São Paulo, nasce à revelia do MST, embora a maioria dos associados seja vinculada ao movimento. A federação vai reunir 150 associações, das quais 90 já se inscreveram.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Agrário de Mirante, Itamar Cavalcante, a entidade terá 30 dirigentes que atuarão de forma colegiada. “Não vamos repetir os erros que o MST comete com o centralismo democrático deles.” ●



Nosso melhor presente foi ter você ao nosso lado em 2005.

Que o espírito do Natal continue nos inspirando
com a luz da esperança,
guiando-nos em direção a um novo ano de paz,
alegrias e realizações.



WWW.FERNANDEZMERA.COM.BR

Feliz Natal aos nossos clientes, parceiros e colaboradores.

Todos os imóveis comercializados pela Fernandez Mera têm parte de sua receita destinada à Casa Hope. Adote um Ursinho, ligue: (11) 5087-7999, ou acesse: www.hope.org.br

RQS nº 03/2005 - CN -	
CPMI - CORREIOS	
Fls:	14
Doc:	3529

CONGRESSO

Dilma critica CPI por relatório 'sem provas'

Ministra-chefe da Casa Civil também atacou o Legislativo por não ter aprovado Orçamento da União

Tânia Monteiro
BRASÍLIA

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, criticou ontem a CPI dos Correios por divulgar "acusações sem prova" e o Congresso por não ter aprovado o orçamento. A atitude é incomum na ministra, que mantém distância de assuntos parlamentares.

"Tudo isso cria uma situação ruim para o País", disse ela em entrevista no Palácio do Planalto. Dilma afirmou que "rejeita

de forma enfática" o relatório parcial da CPI no qual é apontada a existência do mensalão. "O julgamento político também precisa ter base em provas. Não pode ser só político."

"Até na ditadura se respeitaram práticas de inquérito, práticas de julgamento. Não há justificativa para que a gente não mantenha esse respeito. O julgamento pode ser político, com base nas leis do País. O governo vai sistematicamente esclarecer as denúncias infundadas

que sobre ele recaírem e colocar todo seu instrumental à disposição da sociedade para facilitar a investigação", afirmou. "Se houver algo malfeito dentro do governo tem de ser apurado. Vamos ter de punir os responsáveis, caracterizar o que foi feito e condenar a pessoa. Mas, antes disso, não posso tirar uma ilação de que houve uso indiscriminado. Tem de provar caso a caso."

Diante da insistência dos repórteres sobre as evidências de

que membros do PT repassaram dinheiro ilegal para aliados, ela preferiu resumir o que aconteceu a um artifício para quitar dívidas de campanha. "O que há é a confissão de empréstimos feitos para pagar dívidas de campanha. Isso está profusamente confessado. Daí a querer acusar o governo de práticas de corrupção vai uma distância imensa. Nós repudiamos essas acusações sem provas."

Depois de afirmar que respeitava o relator e o presidente da

CPI, respectivamente deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) e senador Delcídio Amaral (PT-MS), reiterou que as acusações têm de ser provadas e o relatório da CPI dos Correios não conseguiu comprovar a acusação de uso de dinheiro público para pagamento de mensalão.

Ao criticar o Congresso por não ter votado o orçamento, Dilma evitou falar sobre os valores do excesso de arrecadação a serem anunciados na semana que vem. Ressaltou acreditar que

não chegaria a R\$ 2 bilhões. Depois de elogiar o desempenho dos ministros na execução orçamentária, disse que preferia não fazer maiores comentários sobre o atraso da votação do orçamento. "Prefiro não qualificar o atraso como boa ou má vontade, mas lamento que a votação tenha ficado para janeiro. Há uma limitação pelo processo eleitoral, mas o governo tem de prover os serviços fundamentais e é importante que o orçamento seja aprovado." ●


PFL repele uso da PF no combate ao caixa 2

Marcelo de Moraes
BRASÍLIA

O presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), reagiu ontem duramente ao anúncio feito anteontem pelo governo de intensificar o combate ao esquema de caixa 2 nas campanhas eleitorais em 2006, através da Polícia Federal (PF).

O anúncio foi feito pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Ele afirmou que o governo criará, em todos os Estados, delegacias a PF especializadas em ombater crime financeiro e lavagem de dinheiro, tendo como foco principal as campanhas eleitorais de 2006.

Em nota oficial, Bornhausen avalia que essas medidas são "totalitárias, arbitrárias, autoritárias e antidemocráticas".



Neste Natal
também queremos
estar com você.